

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
v.7 n.2 agosto 1979

**desburocratização,
a distensão que falta**

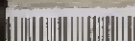
hélío beltrão

**projeto de montagem de
laboratório de arquivo**

*maria amélia gomes leite e
maria lúcia malheiros*

**centro de documentação
etnológica da funai**

carlos de araujo moreira neto


as. 70367 Clas. PER
Arquivo & Administração
.7 n.2
maio/ago.1979



Juro Manter a Religião Catholica,
Apostolica, Romana; a Integridade
e a Indivisibilidade do Imperio; Observar
e fazer observar, como Constituição Po-
litica da Nação Brasileira, o presente
Projecto de Constituição, que Offercei, e
a mesma Nação accitou e pediu que for-
se desde logo jurado, como Constituição do
Imperio: Juro Guardar e fazer guar-
dar todas as Leis do Imperio, e Prover
ao bem geral do Brazil, quanto em
Mim couber. Rio de Janeiro vinte
e cinco de Março de mil oitocentos e vin-
te quatro.

Imperador Constitucional, e Professor
Perpetuo do Brazil.



v. 7 n.2 agosto 1979
Revista quadrimestral de divulgação da
Associação dos Arquivistas Brasileiros.

Conselho Editorial
Eloísa Helena Riani Marques
Helena Corrêa Machado
José Lázaro de Souza Rosa
José Pedro Pinto Esposel
Maria de la E. de España Iglesias
Maria Luiza S. Dannemann

Redatora-Chefe
Marilena Leite Paes

Secretária
Maria Amélia Gomes Leite

Produção e Arte
Maity Comunicação Visual Ltda.

Composição
Serthel Editora

Impressão
Europa - Empresa Gráfica e Edit. Ltda.

Publicidade
Maity Comunicação Visual Ltda.
Rua Senador Dantas, 118 gr. 412/413
Tels.: 222-2436
20031 Rio de Janeiro - RJ

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Diretoria 1979-81

Presidente: *Regina Alves Vieira*
Vice-Presidente: *Rômulo Brügger*
Roland
1º Secretário: *Maria Amélia Gomes*
Leite
2º Secretário: *Maria de Fátima Vieira*
Lopes
1º Tesoureiro: *Norma Viegas de Barros*
2º Tesoureiro: *Aurora Ferraz Frazão*

Conselho Deliberativo

Astréa de Moraes e Castro
Gilda Nunes Pinto
Helena Corrêa Machado
José Pedro Pinto Esposel
Maria Luiza S. Dannemann
Marilena Leite Paes
Myrthes da Silva Ferreira
Raul do Rego Lima
Wilma Schaefer Corrêa

Suplentes

Hélio dos Santos
Jaime Antunes da Silva
Janine Resnikoff Diamante
Maria Amélia Porto Migueis
Martha Maria Gonçalves
Maura Esândola Quinhões

Conselho Fiscal

Arnaldo Barbosa Cruz
Fernando Salinas
Milton Machado

Suplentes

Eloísa Augusta Vieira de Almeida
Marilúcia Ribeiro da Silva

sumário

editorial 3

resenha bibliográfica 4

estudos

desburocratização,
a distensão que falta 5
projeto de montagem de um
laboratório de arquivo 9
centro de documentação
etnológica da funai 12

entrevista

centro brasileiro
de informação turística da embratur 16

informe 19

várias

papers de Brasília: como acabar
com a mania de sigilo 27

Correspondência para
Arquivo & Administração
Praia de Botafogo, 186 sala B-217
22253 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 246-6637

Preços de assinaturas
Sócios da AAB distribuição gratuita
Não sócios Cr\$ 60,00
Exemplar avulso
ou atrasado Cr\$ 25,00

Os artigos assinados são de inteira
responsabilidade dos respectivos
autores e não expressam
necessariamente o pensamento
da Associação dos Arquivistas
Brasileiros ou dos redatores de
Arquivo & Administração.
Permitida a reprodução de
artigos desde que seja observada
a ética autoral que determina a
indicação da fonte.

Distribuição: AAB
Desejamos permuta
Deseamos permuta
Nous desirons échange
We are interest in exchange

R. 1036 F.

Arquivo & Administração v.1- n.0- 1972-

Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros.

v. ilustr. 28 cm quadrimestral.

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

1. Arquivos - Periódicos. 2. Administração - Periódicos. I. Associação
dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

Este periódico está registrado na SCDP-SR/GB do DPF, sob o nº 397/D. 20.493/46

ISSN 0100-2244

Arq. & Adm.	Rio de Janeiro	v.7	n.2	p.1-28	maio/ago. 1979
-------------	----------------	-----	-----	--------	----------------





Após as grandes conquistas do ano passado, a regulamentação profissional e a criação do Sistema Nacional de Arquivo, a principal tarefa que nos cabe atualmente é lutar pela consolidação dessas vitórias.

Se é verdade que os maiores obstáculos foram afastados pelos que nos antecederam, é igualmente certo que grandes dificuldades ainda temos pela frente.

Este desafio, no entanto, não nos atemoriza, porque para enfrentá-lo temos todas as condições necessárias: espírito de luta, desejo de realizar uma obra realmente válida e, principalmente, uma fé inabalável em Deus, que não haverá de nos negar a Sua ajuda.

Com três universidades formando profissionais de nível superior, nossas vistas têm que se voltar agora para aqueles que vão auxiliar o arquivista em seu trabalho diário, conforme determina o art. 3º do Decreto nº 82.590, de 6/11/78 que trata do técnico de arquivo.

Para enfrentar esse problema a AAB, juntamente com o Arquivo Nacional, vem aprofundando estudos com o objetivo de tornar viável a implantação, nas escolas de 2º grau, do Curso Técnico de Arquivo, para atender aos que não têm condições de chegar ao curso superior.

Já em fevereiro, quando da realização do Seminário Nacional sobre Ensino Profissionalizante, efetuamos os primeiros contatos objetivando uma avaliação do sistema de ensino profissionalizante, sugerindo aperfeiçoamentos.

Posteriormente, em reuniões com a Subsecretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro, demos andamento aos estudos e baseados na decisão do Conselho Federal de Educação, datada de 08/03/1972, que estabelece o currículo de 1.110 horas, obtivemos credencial do Conselho Federal de Mão-de-Obra, o que nos torna aptos a um melhor êxito junto às escolas do 2º grau.

Além de reivindicarmos a criação do Conselho de Arquivologia, lutamos para que sejam criadas as carreiras de arquivista e de técnico de arquivo. Para isso encaminhamos expediente ao Diretor-Geral do DASP e Secretarias Estadual e Municipal de Administração do Rio de Janeiro. Quanto ao Sistema Nacional de Arquivo (SINAR), são boas as notícias: no dia 20 de fevereiro foi instalada a Comissão Nacional de Arquivo (CONAR), que já tem seu Regimento Interno elaborado. Um representante da AAB está sempre presente às reuniões, que são realizadas em Brasília.

Assim, muito temos a fazer. Resta-nos, portanto, arregaçar as mangas e pôr mãos à obra.

Regina Alves Vieira

Sumário

ARCHIVUM; revue internationale des archives. *Bibliographie internationale fondamentale d'archivistique* élaborée par Michel Duchein. Paris, K.G. Saur, v. XXV, 1978.

English summary

Préface

Comment utiliser cette bibliographie

Abréviations des titres de revue

Bibliographies archivistiques

Bibliographies multinationales

Bibliographies nationales

Études générales d'archivistique

Revue d'archivistique

Manuels généraux d'archivistique

Recueils d'articles, volumes de mélange

Terminologie archivistique

Histoire des archives

Études de théorie archivistique

Législation, réglementation, problèmes juridiques

Textes et commentaires des lois et règlement d'archives

Organization administrative des archives

Problèmes juridiques des archives

Professions archivistiques, formation professionnelle

Professions archivistiques

Formation professionnelle

Archives courants des administrations, pré-archivage ou archives intermédiaires, "gestion des documents" ou records management

Triage et élimination

Classement et instruments de recherche

Classement

Instrument de recherche

Communication des archives

Règles et organization de la communication

Service de renseignements

Publications des archives

Études générales sur le rôle et l'utilité des archives

Les archives au service de la recherche historique et scientifique

Les archives au service de l'enseignement

Les archives et la documentation

Archives, bibliothèques et musées

Techniques modernes et archives

Microformes et reprographie

Mécanisation, automatisation, informatique

Conservation et restauration des archives

Études générales sur la conservation et la restauration

Bâtiments et équipements

Matériaux constitutifs des documents

Protection contre la sécheresse, l'humidité, les champignons et les micro-organismes

Protection contre les insectes et les rongeurs

Protection contre la lumière, la pollution atmosphérique et l'acidité

Protection contre le feu et le vol

Protection contre les inondations

Protection contre les dangers de guerre

Traitement et restauration des documents endommagés

Catégories spéciales de documents conservés dans les archives

Sceaux et documents scellés

Cartes et plans

Documents cinématographiques et sonores (archives audiovisuelles)

Documents iconographiques

Documents imprimés

Catégories spéciales d'archives

Archives privées en général. Archives familiales et personnelles

Archives présidentielles

Archives d'entreprises

Archives d'associations, syndicats, partis politiques

Archives religieuses

Archives régionales, locales et municipales

Archives hospitalières et médicales

Archives judiciaires

Archives notariales

Archives militaires

Archives universitaires et scolaires

Archives littéraires et artistiques

Archives techniques et scientifiques

Archives orales

Principales études sur les archives des différents pays

Aspects internationaux d'archivistique

Problèmes de législation internationale

Organismes internationaux et activités internationales dans le domaine des archives

Guides de recherches internationales dans les archives

Problèmes propres aux pays en voie de développement et aux pays tropicaux

Études générales

Problèmes de législation, d'organisation et de personnel

Problèmes de conservation

Index sommaire des matières

Index des noms d'auteurs



desburocratização, a distensão que falta*

*hélío beltrão***

É imperioso que o novo Governo retome vigorosamente a bandeira da desburocratização do Brasil. O assunto parece ter perdido prioridade depois do intenso esforço inicial realizado de 1967 a 1969, por ocasião da deflagração da Reforma Administrativa. Alegremos verificar que o Presidente Figueiredo revela a disposição de retomar e aprofundar aquele esforço inicial.

Cumpra desde logo advertir que não estamos diante de um problema técnico, a ser resolvido através de medidas de reorganização e racionalização administrativa, a cargo de técnicos e especialistas.

A desburocratização do Brasil constitui, como veremos, uma proposição essencialmente política. Exige uma corajosa tomada de posição do Governo e envolve uma reforma radical na mentalidade dos governantes e administradores. Será necessário adotar importantes opções de natureza filosófica e varrer da Administração Pública uma série de preconceitos e hábitos arraigados, que são no fundo causadores de seu gigantismo e emperramento.

Por isso mesmo, terá de constituir uma preocupação fundamental do próprio Presidente. Se faltar essa condição, qualquer tentativa será infrutífera. Por outro lado, se for enfrentada com decisão, e se contar com o engajamento pessoal do Presidente, a desburocratização poderá representar, por si só, um programa de Governo. Trata-se de tema eminentemente popular e de alto significado político, um dos poucos em que existe amplo consenso na opinião pública. E constitui, provavelmente, a maneira mais objetiva de assegurar o apoio do empresariado e a confiança dos humildes, que são as maiores vítimas da burocracia governamental.

A burocracia onipresente

O acirrado debate que ultimamente se

travou neste país em torno do problema da Estatização — debate que nem sempre primou pela objetividade — teve, a par de algumas conseqüências positivas, pelo menos uma claramente negativa: tendo concentrado as baterias sobre o problema da expansão e proliferação das empresas públicas, isto é, sobre o crescimento do Governo como Empresário, deixou de atentar para um problema ainda mais preocupante — o incessante crescimento do Governo como Governo.

Desejo referir-me ao aumento desmesurado da interferência do Governo na vida do empresário, que vem sendo submetido cada vez mais aos controles e regras estabelecidos pelo Governo.

Não se trata de problema novo. Há cerca de 10 anos já afirmávamos que o "empresário brasileiro é uma ilha de iniciativa cercada de Governo por todos os lados". Ao longo do tempo, operou-se no Brasil uma progressiva concentração de poder normativo nas mãos do Estado, especialmente na Administração Federal, que vem ampliando sua interferência, e, conseqüentemente, expandindo extraordinariamente sua dimensão.

A empresa privada tem hoje seu dinamismo e produtividade inegavelmente afetados pela onipresente burocracia governamental. Dela passou a depender para as operações mais rotineiras, que estão sujeitas a uma infinidade de autorizações, licenças, permissões, informações e controles, inclusive sobre os preços que pode praticar. Essa crescente dependência dos órgãos da Administração — Serviços, Departamentos, Comissões, Conselhos etc. — constitui, a nosso ver, problema ainda mais preocupante do que a própria expansão da atividade do Estado como empresário, que tem merecido, no entanto, uma atenção incomparavelmente maior por parte dos empresários e do Governo.

A asfixia burocrática não afeta apenas a grande empresa, mas, sobretudo,

* Extraído do *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 fev. 1979. Especial. p. 3

** Ministro Extraordinário para Assuntos de Desburocratização.

a verdadeira matriz da livre iniciativa, que é a pequena empresa.

É certo que estamos diante de um processo muito antigo, com raízes profundas em nosso passado colonial que não deve ser debitado ao atual Governo, nem aos que o precederam. Mas é imperioso que se dê início à sua reversão.

O silencioso esforço de 1967

De 1967 a 1969, empreendemos um intenso trabalho de desburocratização, descentralização e simplificação da máquina administrativa federal. Empenhando-nos pessoalmente nessa batalha, colocando a seu serviço todo o peso da autoridade do Ministério do Planejamento, que então exercíamos, e valendo-nos dos poderes instituídos pelo Decreto-lei 200, de cuja elaboração havíamos participado.

Estávamos tão convencidos como continuamos a estar de que esse trabalho constituía condição essencial à aceleração do nosso desenvolvimento. A íntima conexão que existe entre desenvolvimento e eficiência da Administração Pública aumenta dramaticamente nos países, como o Brasil, em que, dada a insuficiente capitalização do

setor privado, o Estado ainda exerce uma função dominante na economia.

A Reforma Administrativa iniciada, em 1967 operou neste país uma revolução silenciosa, que não foi adequadamente divulgada.

Não hesito em afirmar que os altos índices de crescimento que se verificaram a partir de 1968 não teriam sido possíveis se a máquina federal não tivesse sido profundamente transformada, flexibilizada, descentralizada e dinamizada.

A descentralização administrativa

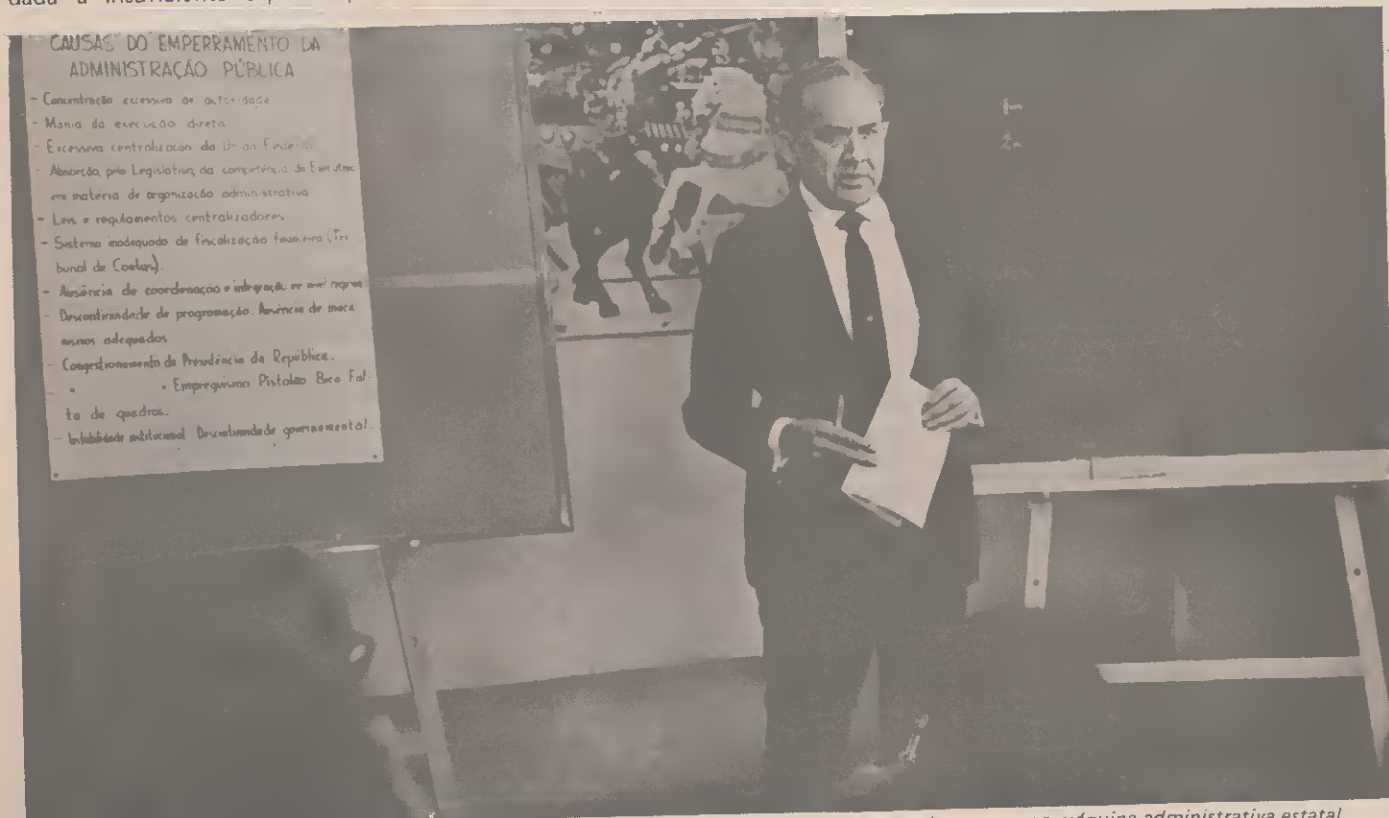
Decididos a atacar diretamente as causas do emperramento secular da máquina do Estado, empenhamo-nos a fundo na pregação e implantação de uma nova filosofia de Administração.

A centralização das decisões, inspirada no gosto pelo poder pessoal e na inapetência para delegar, constitui a doença mais grave do organismo administrativo e a característica marcante de nossa história administrativa. A centralização executiva é a principal responsável pela lentidão das decisões, pelo crescimento burocrático e pelo esvaziamento das chefias de nível inferior. Daí haveremos erigido em pedra de toque da reforma o princípio da des-

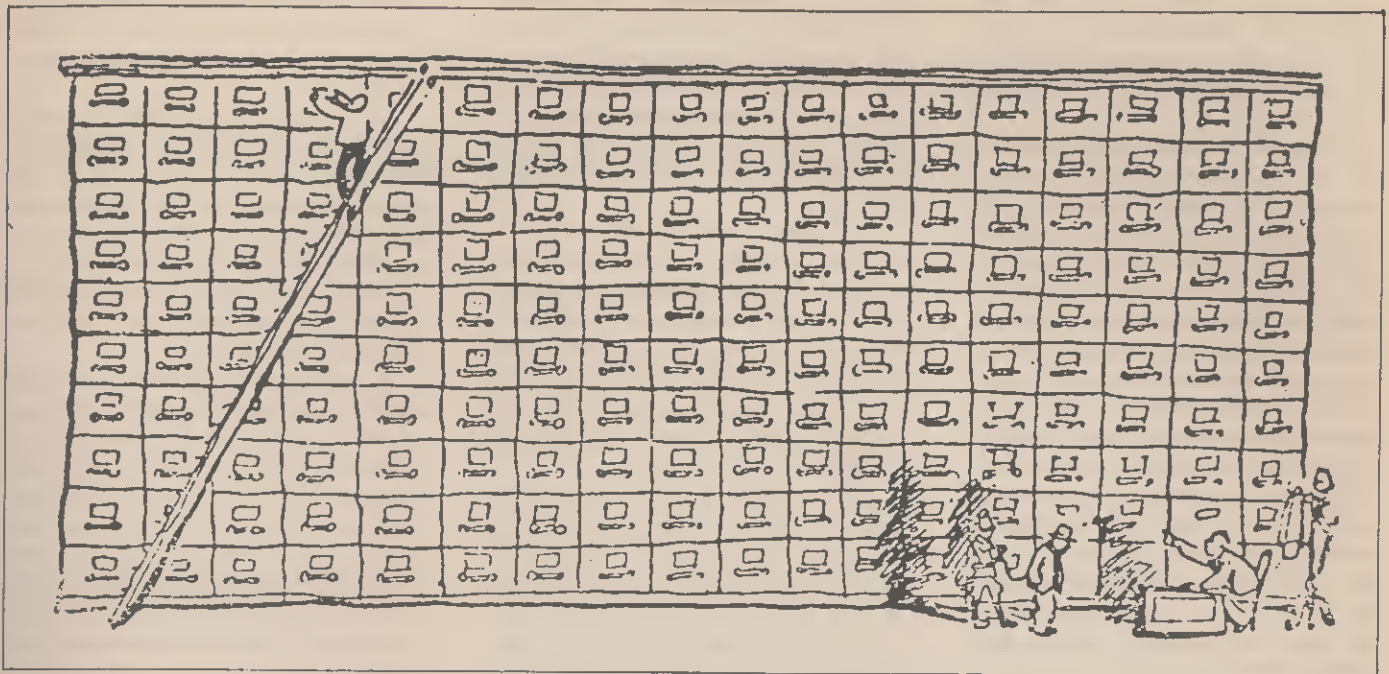
centralização administrativa.

Os resultados alcançados nesse particular foram realmente muito expressivos. Num país em que poucos eram aqueles dispostos a abrir mão da autoridade, conseguimos, só na primeira etapa da Reforma, a expedição de 25 mil atos de delegação de competência, envolvendo cerca de 20 milhões de decisões individuais por ano. Somente as primeiras delegações aos ministros, efetuadas pelo Presidente da República logo depois do Decreto-lei 200, permitiram que cerca de 100 mil processos por ano deixassem de subir à assinatura presidencial. O exemplo foi imediatamente seguido pelos ministros, que passaram a delegar a seus subordinados as decisões de rotina, com o que puderam dedicar-se integralmente às tarefas que constituem os verdadeiros objetivos de cada Ministério.

Por outro lado, graças aos poderes outorgados pelo Decreto-lei 200 (posteriormente consagrados na emenda constitucional de 1969), o Executivo passou a dispor de maior liberdade para regular a estrutura da Administração Federal. Essa circunstância conferiu à Administração Pública nova flexibilidade e agilidade, o que lhe tem permitido



Hélio Beltrão, Ministro Extraordinário para Assuntos de Desburocratização, foi convocado para desempenhar a máquina administrativa estatal.



acompanhar as rápidas mutações verificadas no plano econômico e social. Entre 1967 e 1969 alguns milhares de decretos e atos de reorganização foram expedidos com esse objetivo em toda a área da Administração Federal.

Uma boa parcela do chamado "milagre brasileiro" pode e deve ser acreditada a essa revolução silenciosa.

A delegação ao setor privado

Merece ainda especial referência a inclusão, no Decreto-lei 200, do importante princípio da execução indireta, segundo o qual não deve o Estado executar diretamente aquilo que puder ser eficientemente contratado com o setor privado.

Boa parte de nosso tempo como Ministro do Planejamento foi devotada ao esforço de implantar na Administração esse princípio, do maior alcance para a contenção do processo de estatização. Com grande empenho pessoal, e não pequena dificuldade, conseguimos incorporá-lo à regulamentação e operação de um sem número de órgãos e empresas federais. Hoje a maior parte dos grandes programas federais está na realidade sendo executada pelo setor privado, que, em muitos casos, encontra na realização desses programas seu principal mercado. Aquilo que anteriormente constituía conspícua execução, como o programa rodoviário, que há muitos anos já era in-

teiramente empreitado pelo DNER, passou a constituir regra quase geral. Para citar apenas alguns programas de grande dimensão, mencionem-se os de habitação e saneamento (BNH), a orientação adotada para desenvolvimento da marinha mercante e das indústrias de construção naval, petroquímica, de comunicações e bens de capital, o programa do Mobral e descentralização que se vem verificando nas operações do próprio BNDE, que, a exemplo do BNH, se está convertendo nitidamente em banco de segunda linha.

Esse importante aspecto da Reforma Administrativa — que procura conciliar o irreprimível crescimento da área pública com o fortalecimento da empresa privada — tem sido esquecido nos debates um tanto emocionais que se têm travado sobre "estatização".

Em busca do reequilíbrio federativo

Outro aspecto do princípio da execução indireta consagrado no Decreto-lei com os Governos locais, para o fim de transferir-lhes a execução de programas e a utilização de recursos federais. O repasse de recursos entre órgãos federais e locais acelerou-se grandemente a partir da reforma, representando hoje, na maioria dos casos, o grosso dos investimentos e dispêndios programados pelos respectivos Governos.

Com essa orientação, buscou-se atenuar o desequilíbrio existente na Fe-

deração, em decorrência do esvaziamento progressivo da autoridade e dos recursos próprios dos Estados e Municípios.

De fato, ao longo do tempo, o Governo federal, usando e abusando de sua competência constitucional, foi ocupando a maior parte da área anteriormente reservada à competência estadual e municipal. Intrometeu-se na assistência médica, na construção de casas, no ensino, no abastecimento, praticamente em quase todos os campos de atividade tradicionalmente locais. Foi além: legislou tributariamente em relação a todos esses aspectos, o que importou em excluir praticamente a possibilidade de os Governos locais levantarem recursos com o mesmo objetivo. Não cabe, nesta oportunidade, analisar as causas e mecanismos que estão na origem desse processo concentrador. O certo é que os pequenos problemas que afetam a vida diária do cidadão, no vasto território nacional, deixaram de ser resolvidos pela autoridade próxima, aquela que pode dar não só a solução mais rápida como a mais adequada, peculiar ao caso. Estão cada vez mais sujeitos à demorada e padronizada administração desse enorme organismo centralizado que é a Administração Federal, que não dispõe da vivência local nem se sente premido pela proximidade do problema.

A solução desse grave problema é de índole constitucional, transcenden-

do o âmbito da Reforma de 1967. Mas é de justiça reconhecer que a aceleração de convênios e repasses tem contribuído para minorar os inconvenientes desta situação.

Como se vê, a Reforma Administrativa de 1967 alcançou importantes resultados no campo da descentralização de decisões, da flexibilidade de organização e da execução indireta. Mas, tendo perdido intensidade a partir de 1969, não chegou a realizar seus objetivos finais e mais profundos de simplificação e desburocratização. Nesse campo, não houve tempo para retirar todos os resultados da ampla sementeira que então realizamos.

Parece-nos chegada a hora de retomar a conceituação simplificadora e desburocratizante e, a partir daí, realizar a grande Reforma Administrativa que o país espera, cujas repercussões políticas, econômicas e sociais serão imprevisíveis.

Nosso objetivo não deve ser apenas a desburocratização do Serviço Público, e sim a desburocratização do próprio Brasil.

Um roteiro para desburocratizar o Brasil

Com esse objetivo, e encorajados pelas recentes declarações do novo Presidente, gostaríamos de propor ao Governo João Baptista de Figueiredo o seguinte roteiro:

I. Colocar a desburocratização no primeiro plano das preocupações do Governo, sob a orientação e com o firme endosso do próprio Presidente.

II. Declarar, com nitidez, os princípios que passarão a nortear o comportamento da Administração em suas relações com o público.

Começemos por transferir da vida particular para a vida pública o princípio da presunção da veracidade, que consiste em acreditar que as pessoas estão dizendo a verdade até prova em contrário.

É preciso acreditar mais nas pessoas do que nos papéis; dar mais importância ao fato do que ao documento.

Ora, sucede que o Brasil nasceu sob o signo do cartório, da ata, do registro e da certidão. Disto decorre uma certa inclinação a só se acreditar que uma coisa realmente aconteceu depois que se transforma em documento escrito (a presença do defunto merece menos fé que a certidão de óbito). Essa ten-

dência foi exacerbada na administração pública, onde prevalece o princípio oposto ao da presunção da verdade. Perante a administração pública, suas leis e regulamentos, vigora a estranha presunção de que uma pessoa está sempre mentindo até prova em contrário.

Essa presunção mórbida conduz ao absurdo de exigir-se do honesto a prova de que não é desonesto; de atropelar-se o contribuinte com exigências fúteis; de exigir-se do trabalhador que perca dias de salário para produzir uma montanha de certificados, atestados e certidões, apenas porque é proibido acreditar no que ele diz.

Propomos que o atual "policial" seja substituído por um comportamento que poderíamos chamar de "atuarial". Consiste ele em aceitar conscientemente, em troca da simplificação processual e da agilização da confiança, dispensando documentos e certidões e abolindo autorizações, aprovações, registros e outros tipos de controles onerosos e formais que foram criados para evitar a ocorrência excepcional de fraudes, que são, na verdade, inevitáveis.

Sabemos que a sociedade não é feita de anjos. Não ignoramos que existe sempre alguém disposto a burlar a lei em proveito próprio. Mas também sabemos que os casos de fraude não constituem a regra, mas a exceção. Para cada 100 requerentes, pelo menos 95 estão agindo de boa fé e pagando injustamente o preço da desconfiança. Por outro lado, nenhum documento ou certidão consegue impedir a fraude premeditada, que em geral só é descoberta *a posteriori*. Quando o interessado é realmente desonesto, não há documento que não possa ser falsificado nem controle que não possa ser contornado. Por outras palavras: a experiência nos ensina que o excesso de exigências e controles prévios não consegue evitar a ação do desonesto; serve apenas para dificultar a vida do honesto.

A partir dessas premissas, claramente endossadas pelo Governo, promover-se-á a revisão das normas vigentes na administração pública, suprimindo-se qualquer exigência de aprovação, autorização, certidão, documento, atestado, visto, guia, averbação ou registro que não resista ao teste da absoluta necessidade.

Em certos casos, a abolição da exi-

gência far-se-á de forma gradual e experimental, ficando sujeita a revisão com base em acompanhamento estatístico.

A abolição dos controles eminentemente formais resultará automaticamente na redução substancial da máquina administrativa e do desperdício burocrático, o que deverá cobrir com ampla margem os riscos assumidos.

Esta será, a nosso juízo, a maneira correta de abordar o problema da desburocratização do país.

A abordagem incorreta consistirá em praticar, uma vez mais, o erro de tratá-la como um problema de organização, a ser enfrentado apenas com medidas racionalizadoras de natureza técnica. O principal defeito dessa abordagem — que ignora a natureza essencialmente conceitual e política do problema — é partir sempre do pressuposto de que o controle sob exame é necessário, sendo apenas preciso conferir maior eficiência ao órgão incumbido de exercê-lo. A verdadeira reforma implica em questionar a própria necessidade do órgão, a partir do exame da necessidade do controle.

Se determinado órgão do Governo não é necessário, o que é preciso não é racionalizá-lo, e sim extingui-lo. Mesmo porque, se racionalizarmos o erro, será muito mais difícil suprimi-lo.

Desnecessário é dizer que o enfoque do risco calculado pressupõe, como contrapartida, a punição oportuna daqueles que se prevaleceram da distensão para o alcance dos objetivos ilícitos. A falsidade e a fraude deverão ser exemplarmente punidas, mediante a aplicação e eventual aperfeiçoamento da legislação vigente. A Justiça terá naturalmente de engajar-se na Reforma, como peça importante do processo.

Se o novo Governo resolver atacar o problema da forma que acima preconizamos, decidindo-se a correr o risco calculado da desburocratização, poderá realizar, a curto prazo, uma verdadeira revolução, libertando-se o país de um processo até certo ponto inconsciente, que vem elephantizando a administração pública e infernizando a vida dos brasileiros.

Trata-se no fundo, de estender a distensão ao campo econômico e social, o que não deverá constituir tarefa muito difícil para um Governo que se propôs aceitar o desafio e os riscos da distensão política. ●

projeto de montagem de um laboratório de arquivo

maria amélia gomes leite
e
maria lúcia malheiros*

1. Considerações iniciais; 1.1 O arquivo-laboratório; 2. Planejamento de um arquivo-laboratório; 2.1 Instalações; 2.2 Equipamento e material; 2.3 Conteúdo; 3. Conclusão.

1. Considerações iniciais

Compete aos professores de Organização e Administração de Arquivos fazer com que os alunos adquiram uma visão de conjunto das atividades e rotinas de trabalho executadas em um arquivo, reunindo-as em uma seqüência lógica, nelas integrando os processos de registro, controle, classificação e os métodos de arquivamento a serem adotados.

Partimos dessa afirmativa para analisar os problemas relativos aos trabalhos práticos dessas disciplinas visando encontrar as soluções, dentro da realidade brasileira, dos cursos de Arquivologia.

A desejada integração do programa de formação profissional do arquivista é obtida com a realização de trabalhos práticos e não apenas em aulas expositivas, nas quais o aluno anota passivamente conceitos teóricos que repetirá fielmente nas provas de avaliação, para depois esquecê-los.

Ao ingressar num curso de Arquivologia o aluno o faz, na maioria das vezes, desconhecendo até mesmo como utilizar o potencial dos arquivos para a pesquisa.

Outro fator que contribui para o alheamento do aluno em relação à profissão, ao entrar nas aulas, são as causas que o levaram a escolher a Arquivologia como carreira; raros são os que o fazem com pleno conhecimento do que significa *ser* arquivista. A escolha se prende mais a fatores acidentais tais como: o concurso vestibular não exigir conhecimentos matemáticos ou de ciências em grau elevado, salvo os que integram o CESGRANRIO, ser um curso de pequena duração; ser uma carreira tida como apropriada para a mulher; o gosto da leitura ou a propensão para a ordem e a minúcia e outras razões ainda mais superficiais. Tal atitude dificulta os primeiros contatos do aluno com a profissão. Entretanto, esse contato é fundamental para determinar a seriedade com que o futuro pro-

fissional irá desempenhar sua missão.

Para sanar o problema recomenda-se um contato direto dos alunos com os arquivos e seus bastidores.

Esse contato inicial poderá, inclusive, desencadear reações opostas: ou motivará o aluno para continuar o curso, nele despertando um real interesse, ou o afastará definitivamente pela descoberta do engano cometido na escolha da carreira.

É grande, pois, a tarefa reservada aos professores de Organização e Administração de Arquivos no encaminhamento profissional dos futuros arquivistas; resultados positivos só serão obtidos com um bom planejamento e execução de trabalhos práticos integrados, isto é, em situação que permita aos alunos ter uma visão global de processos e rotinas de trabalho para que saibam estabelecer o necessário equilíbrio na organização de suas tarefas.

1.1 O Arquivo-Laboratório

O trabalho prático de organização e administração de arquivos deverá apoiar-se não apenas nos estágios em arquivos, proporcionados pela própria escola ou por outras instituições, como em visitas a outros arquivos mas, principalmente na montagem de um laboratório onde o aluno terá um contato direto com todas as etapas de trabalho que ali se desenvolve.

Os alunos terão, dessa forma, a oportunidade de se familiarizar com as técnicas de registro e controle da documentação; métodos de classificação e arranjo; elaboração e utilização dos instrumentos de pesquisa e fixação de terminologia técnico-profissional.

Através de sessões de estudos e debates os próprios alunos poderão esclarecer pontos obscuros para colegas menos observadores e o professor suprirá, com exercícios, deficiências individuais facilmente identificáveis no decorrer dos debates.

As práticas no arquivo-laboratório

* Arquivistas e bibliotecárias autônomas.



É importante a montagem de um laboratório de arquivo, para que o aluno se familiarize com a prática arquivística.

deverão ser desenvolvidas dentro do horário das aulas teóricas, completando-as.

No laboratório os alunos deverão executar, sob orientação, todas as fases do processamento técnico, em bases as mais reais possíveis, na mesma seqüência em que são habitualmente realizadas num arquivo.

2. Planejamento de um Arquivo-Laboratório

2.1 Instalações

Um arquivo-laboratório precisará, para sua montagem, de uma sala de boas proporções onde possa ser coloca-

do não apenas todo o equipamento necessário a uma simulação de arquivo como também de espaço para o desenvolvimento do trabalho das equipes (alunos-professores).

A área reservada para a instalação do arquivo-laboratório deverá ser utilizada exclusivamente para as finalidades para as quais foi destinada.

A sala deverá ter a iluminação e a temperatura controladas, e obedecer às condições de segurança ideais, tal como se dá num arquivo real.

2.2 Equipamento e material

O número de unidades necessárias será fixado conforme o desenvolvi-

to do laboratório.

a) Arquivos de aço de quatro gavetas: serão destinados à guarda dos conjuntos de documentos representativos de diversos tipos de instituições (universidades, indústrias, firmas de engenharia, órgãos de imprensa, etc.), organizados pelo método de classificação por assunto.

Ex.: um arquivo — documentação de universidade

um arquivo — documentação de indústria e assim por diante.

b) Fichários de aço: neles serão organizadas as fichas de correspondentes, obedecendo aos diversos métodos auxiliares de classificação, bem como fi-

chas de empréstimo, de registro e unitermo.

Ex.: fichário alfabético, unitermo, e outros.

c) Estantes: para guarda das caixas de transferência de um Arquivo Permanente.

d) Mesa e cadeiras: uma mesa grande onde possam trabalhar os alunos e professores, bem como realizar os debates. Cadeiras em número suficiente para acomodar todo o grupo que ali vai trabalhar.

e) Máquina de datilografia: para elaboração das fichas, registros, etc.

f) Pastas suspensas, sem grampos, com projeção metálica: a serem usadas nos arquivos de aço para a guarda da documentação classificada por assunto.

g) Capas de papelão tamanho ofício com dois furos e grampos metálicos: para a montagem dos miolos (dossiês de assunto), que serão arquivados nas pastas suspensas.

h) Guias divisórias: para separar as diversas seções do arquivo ou fichário, conforme o método adotado.

i) Caixas de transferência: para guarda de dossiês em Arquivo Permanente.

j) Guias-fora: a serem usadas dentro dos arquivos de aço ou das caixas, para controle de empréstimo de dossiês.

l) Fichas padronizadas: 7,5x12,5cm em cores variadas: para confecção dos fichários de métodos auxiliares.

m) Formulários impressos: para registro (protocolo), controle de empréstimo, método unitermo, folhas de referência.

n) Envelopes pardos e de papel-manteiga: para arquivo de fotografias.

o) Livros: para registro de correspondência expedida.

p) Papel almaço quadriculado: para elaboração dos esboços dos diversos códigos de assunto (um para cada tipo de arquivo).

q) Grampeador e tira-clips.

r) Furador de dois furos.

s) Carimbos e almofadas para carimbo.

t) Numerador.

u) Datador.

2.3 Conteúdo

a) Conjuntos de documentos: para a organização de vários tipos de arquivos será necessária a coleta de conjuntos de documentos inservíveis e não mais em uso corrente. É imprescindível que

os documentos coletados possam ser vistos pelos alunos pois serão copiados (xerox) e por eles classificados e arquivados. Sugerimos iniciar-se essa coleta dentro da própria universidade, estendendo a seleção a documentos tanto de ordem administrativa como acadêmica. Os demais conjuntos poderão ser obtidos junto a indústrias, firmas comerciais, bancos e hospitais locais. Os conjuntos receberão tratamento em separado, sendo classificados e arquivados por assunto (método principal), fato que não exclui o uso de métodos auxiliares para a ordenação física dentro dos assuntos.

b) Métodos auxiliares de arquivamento: inicialmente serão elaboradas pelos alunos, listas de correspondentes. Os nomes destes correspondentes serão lançados em fichas, obedecendo às regras de alfabetização para o posterior trabalho de ordenação, de acordo com os diversos métodos auxiliares, quais sejam: alfabético, numérico simples, alfanumérico, geográfico, variadex e outros. Os conjuntos de fichas relativas a cada método, ocuparão fichários individuais e as fichas poderão ser misturadas e novamente ordenadas quantas vezes forem necessárias até que sejam apreendidas todas as nuances que caracterizam cada método adotado.

c) Serviço de comunicações: esta fase do trabalho consistirá da simulação de um setor de protocolo onde serão adotadas fichas próprias para o registro, controle da tramitação e todos os demais passos a serem dados até a anexação dos documentos individuais aos dossiês de que farão parte integrante (arquivamento). Aqui serão também utilizados os formulários impressos para controle de empréstimos e ainda os livros de registro para a correspondência expedida.

d) Arquivos especiais: o material a ser coletado para a organização simulada desses arquivos pode ser bastante variado: fotografias, discos, fitas, recortes de jornais, catálogos, etc.

e) Arquivo permanente: a organização deste arquivo deverá ser feita em uma segunda etapa pois a documentação que o constituirá será obtida num dos arquivos já organizados. O arquivo escolhido terá toda sua documentação reproduzida em xerox e será sobre estas cópias que os alunos irão trabalhar: elaborarão a tabela de temporalidade, farão a seleção e a transferência

dos documentos, que serão guardados por fundos, respeitando a organização dada anteriormente e prepararão os instrumentos de pesquisa (guias, inventários, etc.).

Tanto os conjuntos de documentos selecionados para a formação do arquivo por assuntos, como as listas de correspondentes e os conjuntos de fotos e recortes de jornais poderão e deverão sofrer acréscimos sempre que se fizer necessário. Tal procedimento tornará mais complexos os diversos métodos empregados e evitará a rotina para os alunos que estiverem lidando com eles.

Fica ainda a sugestão para que, no laboratório, sejam proporcionadas aos alunos aulas práticas sobre: levantamento da documentação de arquivos; preparo de relatórios técnicos e elaboração de propostas para implantação de serviços de arquivo; elaboração de manuais de arquivo, desde as rotinas até o índice alfabético remissivo.

3. Conclusão

3.1 Para a obtenção do equipamento e material necessários à montagem do Arquivo-Laboratório sugerimos que sejam contatados os fabricantes e solicitadas doações tornando menos onerosa a iniciativa.

3.2 É nossa opinião que os professores que lecionem as disciplinas Arquivo e O & M mantenham estreita colaboração, reunindo-se, sempre que necessário, para juntos discutirem problemas ou impasses que venham a aparecer durante as aulas teóricas. Dessa forma estarão aptos a dar soluções adequadas ao coordenarem as aulas práticas no "laboratório". Afinal serão eles, professores e alunos, os responsáveis pelo desenvolvimento das atividades, que, no momento, abordamos aqui de forma embrionária.

3.3 O serviço gráfico e o setor de audiovisual deverão manter estreito contato com o laboratório. O primeiro, fornecendo o material de suporte dos trabalhos: formulários impressos etc. e o segundo oferecendo ao laboratório material para um terceiro tipo de arquivo especial: o arquivo sonoro constituído de discos e fitas.

Todo o projeto que elaboramos deverá ser executado a curto, médio e longo prazo dando-se sempre cuidado especial a cada uma das etapas de trabalho, conforme prioridades a serem estabelecidas. ●

centro de documentação etnológica da funai

carlos de araujo
moreira neto*

"Não é possível narrar todas as torturas que se tem feito aos Índios, porque a maior parte dos seus archivos não existem: é um systema conhecido dos encarregados máos consumirem os documentos que para o futuro os podem accusar. . .
(Toledo Rendon, Mem. Ald. Ind. S. Paulo, 1798)

Este estudo pretende ser um balanço de minha atividade como coordenador do projeto do Centro de Documentação Etnológica e Indigenista da FUNAI, sediado no Museu do Índio e cuja criação foi sugerida por mim, em 1974, como resposta à situação crítica do setor pela destruição dos arquivos centrais do Serviço de Proteção ao Índio, em 1967.

Há muitos anos que eu vinha trabalhando com informações de natureza etnohistórica, desde os tempos de aluno bolsista do Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural, dirigido por Darcy Ribeiro, no Museu do Índio, entre 1954 e 1957. Posteriormente, como pesquisador, professor e assessor para questões etnológicas e indigenistas de várias instituições, como o Museu Goeldi, a antiga Universidade do Brasil, o Serviço de Proteção aos Índios, a Universidade de Brasília e, finalmente, o Instituto Indigenista Interamericano (OEA, México), pude dedicar-me mais demoradamente, ao lado do trabalho de campo entre grupos indígenas, à análise de fontes documentais e bibliográficas importantes para o estudo das relações históricas entre índios e brancos no Brasil e em outras áreas da América Latina. Mais recentemente, como bolsista do CNPq, elaborei minha tese de doutorado com materiais da mesma natureza (*A política indigenista brasileira durante o século XIX. Rio Claro, 1971*). Foi também importante minha experiência como etnólogo do Instituto Indigenista Interamericano no México, e em alguns países andinos (Colômbia, Equador, Bolívia), nos quais a larga dimensão temporal

do contato dos colonizadores com grandes massas indígenas, aliada às peculiaridades históricas da situação intercultural, produziu uma quantidade extraordinária de informações relevantes. Acumulou-se, assim, desde o início do período colonial, um volume muito grande de relações, informes, memórias, crônicas (inclusive em língua indígena), tratados, convenções, títulos de terras e outros documentos de natureza administrativa e legal, conservados cuidadosamente por cada "pueblo" ou "cabildo" indígena como testemunho e garantia de seus direitos. Dessa experiência ficou-me a idéia de que seria possível a organização de um arquivo para cada grupo indígena (ou, pelo menos, para os grupos mais importantes demograficamente e com maior dimensão de contato histórico) que contivesse, ao lado das informações de importância etnológica e indigenista, os dados e documentos de natureza legal ou meramente informativa sobre suas terras. A devolução, aos grupos indígenas, dessas informações, acompanhadas dos dados etnológicos e lingüísticos disponíveis, sob forma e linguagem que as tornassem assimiláveis pelos membros *letrados* do grupo, significaria, na prática, a reintegração dos índios na posse de parte de sua memória histórica e cultural e dos títulos afiançadores de seus direitos sobre terras e outros bens. Os recentes movimentos reivindicatórios de vários grupos indígenas, como os Kaingang, Guarani, Xavante, Guajajara etc., demonstram que os índios assimilam e utilizam, com grande acerto e eficácia, as poucas informações acessíveis sobre sua história e seus bens materiais e culturais. Sempre me pareceu que o Centro de Documentação Etnológica (CDE) devia buscar modos concretos e viáveis de pôr-se diretamente em contato com as comunidades indígenas brasileiras. Pelo menos a posse desses elementos significaria um evento de

*Doutor em Antropologia; ex-coordenador do projeto do Centro de Documentação Etnológica e Indigenista da Funai; professor em cursos de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense; bolsista do CNPq.

extraordinária importância revitalizadora, sobre todos os aspectos, da vida comunal e não somente em relação à área mais específica da reivindicação de terras e outros direitos. No *Relatório e Projeto de Implantação do Centro de Documentação Etnológica, Museu do Índio*, proponho, como uma das tarefas prioritárias do programa de publicações do Centro, a organização e reunião dessas informações em volumes que seriam dedicados a cada um dos grupos indígenas mais importantes.

As atividades do Centro de Documentação foram projetadas para concentrar-se em dois pontos de maior esforço, distintos mas complementares:

1) A criação de um sistema de arquivos que tivesse como critério prioritário a salvaguarda, o controle e a organização de toda e qualquer documentação, particularmente a de interesse etnológico e indigenista, existente no âmbito da FUNAI e em outras entidades que trabalharam sistematicamente com indígenas (como as extintas Comissão Rondon e Fundação Brasil Central), com vistas à reconstrução, tão completa quanto possível, do acervo perdido no incêndio de 1967. A continuidade dessas atividades seria assegurada pelo recolhimento sistemático de toda a documentação da FUNAI com mais de 5 anos.

2) Formulação de um programa sistemático de pesquisas etnohistóricas (que exigem, via de regra, algum trabalho de campo junto aos grupos indígenas pesquisados) para avaliar a consistência e complementar as informações de outras fontes de informação externas à FUNAI, para ampliar e suprir as lacunas inevitáveis do acervo referido no ítem anterior. Pretendia-se, aqui, dar não só maior dimensão temporal à documentação preexistente (que recua somente até o ano de 1910, data da fundação do SPI ou a período pouco anterior, no caso da Comissão Rondon) mas diversificá-la e ampliá-la com informações de várias origens: comunicações verbais, relatórios ou textos de elaboração etnológica ou lingüística, informes de agentes oficiais ou missionários, títulos e documentos de natureza administrativa e legal, particularmente sobre terras etc. No projeto de implantação do Centro, verifica-se que, além do esforço concentrado sobre a área da documentação escrita, indis-

pensável para a reconstrução dos arquivos do órgão indigenista, a atividade do Centro de Documentação estende-se também aos setores de biblioteca, cinema, fotografia e registros sonoros do Museu do Índio.

Um balanço crítico do que pôde ser realmente realizado no Centro de Documentação Etnológica da FUNAI durante os quatro anos em que fui, de uma e outra sorte, responsável pela elaboração e implantação do projeto, revela os níveis de precariedade do resultado final. A situação do CDE, à época em que foi compelido a abandonar o projeto (dezembro de 1978), não era tranquilizadora quanto ao desenvolvimento posterior do projeto ou, sequer, em relação à conservação adequada do próprio acervo documental. Além disso, da parte do órgão mantenedor, a FUNAI, parecia evidente uma incompreensão básica ou, pelo menos, um profundo desacordo quanto à natureza, aos programas prioritários e à própria importância e instrumentalidade do Centro para as populações indígenas e para os propósitos mais gerais de ampliação do conhecimento. Nos parágrafos que se seguem procurarei referir algumas falhas, equívocos ou insucessos mais evidentes, anotados durante minha permanência à frente do projeto.

Em 1974, submeti à FUNAI um esboço de programa para a preservação e organização de sua documentação etnológica e indigenista e, em novembro do mesmo ano, firmei com a instituição um contrato de prestação de serviços, pelo prazo de dois anos, para "coordenar cursos e estágios" no Museu do Índio. À natureza eventual do contrato de trabalho somava-se a alteração de sua finalidade que, na época, foi explicada pela necessidade de relacionar o contrato com uma atividade já existente. A verdade, entretanto, é que, pelo não reconhecimento explícito da necessidade de mobilizar recursos para essa finalidade no âmbito da FUNAI, as primeiras viagens de pesquisa e recolhimento da documentação nas várias agências do órgão só foram iniciadas em fins de 1975. A primeira escala dessa viagem confirmou as expectativas mais pessimistas no tocante à preservação de documentos: a Delegacia Regional do Maranhão, poucos meses antes de minha chegada, havia vendido como *papel velho* todo o seu arquivo. Perdeu-se assim, irremediavelmente, toda

a informação produzida ou arquivada naquela agência desde a época da criação do Serviço de Proteção aos Índios. A gravidade do dano deve ser estimada com a consideração adicional de que o Maranhão é uma das áreas indígenas mais complexas e importantes do ponto de vista etnológico e indigenista. Não é acidental o fato de ter sido, também, a região onde mais trabalhou Curt Nimuendaju; há indícios de que vários relatórios inéditos do grande etnólogo brasileiro teriam sido perdidos na destruição do Arquivo da Delegacia Regional de São Luís.

As etapas posteriores da busca de documentos pelas agências da FUNAI revelam o mesmo padrão de indiferença e abandono dos arquivos: no Pará foi recolhida documentação volumosa e bem conservada; os documentos mais antigos, no entanto, não antecediam a 1938, tendo-se perdido todo o acervo anterior. Na Delegacia do Amazonas e do Acre que, por razões óbvias, devia reunir um dos acervos mais ricos, foi encontrada uma fração mínima do volume esperado. O relatório inédito de Nimuendaju sobre visita aos índios Tucuna, em 1929, que está sendo publicado no Boletim do Museu do Índio é um dos poucos documentos de grande interesse que se salvaram desse acervo. Entre outras perdas, vale mencionar os conhecidos relatórios anuais do Chefe da Inspetoria do Amazonas, Bento Pereira de Lemos, das décadas de 1920-1930, de consulta e referência obrigatória para todos que refererem sobre a região e dos quais nenhum foi encontrado. Pelo menos dezoito relatórios do Inspetor Bento de Lemos são referidos na bibliografia etnológica; sua importância verdadeiramente excepcional pode ser medida por um único exemplo: o relatório de 1928, de que há cópia autêntica e integral na biblioteca do Museu do Índio, transcreve o texto completo do "Reconhecimento dos rios Içana, Ayarí e Uaupés", conhecida contribuição de Nimuendaju sobre o alto rio Negro (publicado por Métraux no v.39 do *Journal de la Société des Americanistes*, Paris, 1950). Esta é a versão original do texto de Nimuendaju, mais completa que a publicada por Métraux, por incluir mapa de localização e fotos originais dos vários grupos indígenas e dá a medida da importância do material extraviado.

O desaparecimento de documentos

pela transferência de arquivos registrou-se também em Goiás, onde boa parte do acervo regional foi perdido com a mudança da sede para o interior e seu retorno a Goiânia. O mesmo ocorreu em Rondônia cujos arquivos, após muito esforço, foram encontrados abandonados e muito desfalcados em Guajará-Mirim, enquanto a Delegacia Regional da FUNAI funcionava em Porto Velho. Em Cuiabá, onde foi recolhido o acervo mais volumoso, a documentação encontrava-se em péssimas condições em um telheiro semi-arruinado e praticamente exposta ao tempo: o antigo prédio do SPI, onde era mantida, havia ruído e a Agência Regional da FUNAI não tinha acomodações, recursos ou interesse em conservá-la. Esta situação, que alia à carência de meios uma marcada insensibilidade em relação à importância e significação desses documentos, repetiu-se de modo geral em todas as agências visitadas e parece definir a atitude prevalente na FUNAI em relação a esses testemunhos insubstituíveis da história indígena do País.

O programa de recuperação da documentação originária do antigo Serviço de Proteção aos Índios, ainda existente em departamentos ou agências da FUNAI, não pôde ser completado, pelo desinteresse acima anotado e por absoluta carência de recursos do Centro de Documentação Etnológica, para visitar os inúmeros postos indígenas que conservam documentos de interesse. A teimosa resistência de alguns setores da FUNAI, como o Departamento Geral do Patrimônio Indígena, aliada à ausência de normas para o controle do fluxo de documentos no âmbito do órgão, e sua posterior reunião em um arquivo único ou central, obstou o acesso do CDE aos acervos parciais de documentos mantidos na própria direção central da FUNAI, em Brasília. Não foi possível obter dados sobre o volume e importância da documentação existente e, menos ainda, informação sobre seu conteúdo ou origem. Sabe-se, por exemplo, que toda a mapeoteca (incluindo muitos levantamentos de áreas indígenas) que se conservava no Museu do Índio foi recolhida ao DGPI mas ignora-se seu estado atual, assim como toda e qualquer informação sobre parte do acervo da antiga Inspeção do Amazonas, que também teria sido recolhida ao mesmo departa-

mento. Os vários setores ou divisões administrativas da FUNAI, ciosos de sua autonomia burocrática e adeptos de uma política de sigilo que, no âmbito da instituição, é incompreensível e prejudicial aos interesses da administração e dos próprios índios, continuam vedados ao CDE enquanto não for implantada na FUNAI uma norma única sobre documentação. Essa política deve subordinar-se, em primeiro lugar, ao princípio universalmente aceito na unicidade de arquivos. Isto significa, em resumo, um controle geral e sistemático sobre o fluxo de documentos em todos os departamentos e agências do órgão e sua posterior reunião em um arquivo único que deverá, também, acolher a documentação indigenista mais antiga, produzida pelo SPI. Já foi feita referência à documentação da Comissão Rondon e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios. O mesmo se poderá dizer de toda a informação passada que ainda existe sobre o Parque Indígena do Xingu que, na época do SPI, subordinava-se à Fundação Brasil Central. Como o SPI essa instituição foi também extinta e seu acervo (que inclui mapas, fotografias e filmes cinematográficos, além de documentos) passou à guarda do órgão sucessor, a SUDECO. Através de contatos reiterados com dirigentes da SUDECO, como o Dr. Jorge Nova da Costa (também membro do Conselho Indigenista), conseguiu assegurar a concordância do órgão para a transferência do acervo para a FUNAI. Por falta de um interesse mais decidido, o acordo não foi seguido de medidas concretas.

O descaso pelo programa de salva-

guarda e organização de arquivos no âmbito da FUNAI poderia dever-se à insuficiente demonstração da importância e da instrumentalidade da documentação para a solução de problemas atuais. Isto entretanto não é verdade: em vários momentos da história recente da FUNAI foi possível demonstrar a utilidade prática da pesquisa bibliográfica e documental para assessorar decisões importantes do órgão.

Tal se deu em 1973, por exemplo, quando, por solicitação do Diretor do Museu do Índio, reuni farta documentação (do século XVIII ao atual) sobre os direitos indígenas às terras da Fazenda São Marcos, em Roraima, contestados por um projeto de colonização do INCRA. Na crise que envolveu os índios Waimiri-Atroari, com a morte do sertanista Gilberto Pinto, o conjunto de informações que pude coligir permitiu esclarecer o Conselho Indigenista e outros órgãos acerca dos antecedentes e da natureza fundamental daquelas tensões e conflitos.

A destruição, praticamente total, dos arquivos centrais do SPI, em 1967, teve mais de uma conseqüência funesta sobre a área estrita dos direitos indígenas. Em primeiro lugar afetou esses direitos diretamente, eliminando a documentação sobre terras indígenas (dados sobre demarcação, registro e outros títulos de validade legal). Mas, em muitos casos, os afetou também de outra sorte, prejudicando direitos reais adquiridos mesmo na hipótese da conservação da terra na posse da comunidade indígena. Tal aconteceu com os vários grupos indígenas que tinham a



Maloca com túmulo de chefe indígena, (foto Arquivo FGV).

propriedade plena de suas terras, por efeito de doações ou de compra em seu nome (principalmente na época do SPI) e que, pela perda dos títulos, transformaram-se em meros posseiros daquelas áreas que, segundo o dispositivo constitucional, passaram ao domínio da União. Em qualquer dos casos, entretanto, a perda da documentação constituiu um dano permanente e irreparável aos interesses das comunidades indígenas, tornando questionáveis e passíveis de esbulho todos os bens e propriedades. Ocorre então que o órgão indigenista vê-se, na atualidade, compelido a disputar nos tribunais (e em condições difíceis, por falta das provas adequadas) questões de terras que haviam sido definitivamente resolvidas, em favor dos índios, no início da República, no Império e, em alguns casos, ainda no período colonial. Isto ficou particularmente evidente no decorrer do ano passado, prazo limite para a demarcação das áreas indígenas. A falta de informação adequada conduziu a FUNAI a uma política hesitante e contraditória em relação a questões de terras de vários grupos indígenas. Como consequência registraram-se invasões, tentativas de esbulho e conflitos em várias regiões do País.

Por ocasião da chamada *crise* indígena entre os índios do sul do Brasil, agravada a partir de 1975 entre os Xokleng de Santa Catarina, os Kaingang e Guarani do Paraná e os Kaingang de Nonoai e Guarita, no Rio Grande do Sul, pela primeira vez o Centro de Documentação Etnológica foi solicitado a selecionar a documentação disponível para assessorar a Direção e a Consultoria Jurídica da FUNAI sobre essas questões. Durante meses foi interrompido o trabalho sistemático de classificação e microfilmagem de documentos com essa atividade de emergência, que produziu cerca de dez mil documentos sobre as áreas em conflito, sem que jamais fossem consultados ou requisitados pelos setores da FUNAI que solicitaram sua busca.

À vista do que foi dito, são formuladas abaixo, de modo muito resumido, algumas conclusões:

I. O desinteresse pela sorte da documentação histórica e atual no âmbito da FUNAI é parte de uma visão imediatista e pouco esclarecida sobre os índios e seus problemas que, na organi-

zação interna da FUNAI, conduziu ao afastamento e marginalização de um número ponderável de funcionários especializados. A completa perda de importância do setor responsável por estudos e assessoramento de natureza etnológica e indigenista (DGPC) é decorrência natural daquela atitude que elimina toda a possibilidade de formular e executar a política indigenista oficial em níveis mínimos de racionalidade e de eficácia.

II. A teoria e a prática do indigenismo brasileiro devem partir da avaliação crítica do desempenho das instituições oficiais e missionárias que se dedicam aos índios e da informação sistemática aportada pelos estudos etnológicos e etnohistóricos. Os equívocos mais notórios e recentes do indigenismo oficial, tanto no nível da formulação de instrumentos normativos básicos, como o Estatuto do Índio e o projeto da chamada emancipação indígena, quanto ao nível da ação prática, como os projetos de desenvolvimento econômico ou de demarcação de terras indígenas, constituem o resultado inevitável da inexistência de informação adequada e de pensamento crítico sobre essas questões nos vários órgãos da FUNAI.

III. Fundado há 25 anos, numa das fases mais fecundas do antigo Serviço de Proteção aos Índios, o Museu do Índio transformou-se rapidamente, ainda na década de 50, no mais importante centro de estudo e pesquisa em etnologia indígena do País, produzindo um número significativo de contribuições para melhor conhecimento do Índio, assessorando a política indígena oficial e abrigando o primeiro curso de pós-graduação em antropologia do Brasil. A precariedade atual do Museu do Índio em recursos materiais humanos é coerente com o desinteresse da FUNAI por qualquer forma de conhecimento mais elaborado e crítico em relação às sociedades indígenas. O Centro de Documentação Etnológica da FUNAI funciona junto ao Museu do Índio e não dispõe, sequer, de pessoal permanente ou de dotação orçamentária, participando desse quadro geral de desestímulo e abandono, em condições de precariedade extrema. A despeito do que fica dito sobre a limitação de pessoal, instalações e re-

ursos do Museu do Índio, não há, certamente, no âmbito da FUNAI, qualquer outro órgão mais adequado para incorporar o CDE. Além disso, a presença no Rio de Janeiro dos mais importantes arquivos e bibliotecas do País, fontes indispensáveis para a história e a etnologia indígena — tornadas mais preciosas ainda pela destruição dos arquivos do SPI — é um fator decisivo para essa permanência.

Em relação ao futuro do Centro de Documentação Etnológica, seria desejável que as decisões da FUNAI partissem da consideração de que é impossível resolver questões sociais e econômicas tão complexas quanto as dos índios sem conhecimento e informação em níveis adequados. Seria indispensável rever o projeto do CDE com o assessoramento de especialistas em documentação e arquivística e com o concurso de etnólogos, etnohistoriadores e indigenistas, a fim de que o Centro possa cumprir as finalidades para as quais foi criado e que dizem respeito, em última análise, à preservação e utilização dos documentos que tem sob sua guarda, essenciais para o melhor conhecimento das sociedades indígenas e para a defesa de seus interesses e direitos.

IV. Como exemplo de atividade do Centro de Documentação, de utilidade prática e imediata para a FUNAI, vale citar o projeto do Cadastro de Populações Indígenas que formulei com o propósito de resumir os dados relevantes sobre cada grupo e suas divisões locais, incluindo informações sobre localização, demografia, características culturais, grau de contato, economia e — com algum destaque — informações sobre posse e utilização da terra. Esse projeto, cuja implantação foi frustrada pela absoluta ausência de meios e total falta de interesse e de colaboração da parte da FUNAI, poderia representar um substancial aumento da informação confiável sobre terras e outras questões cruciais no âmbito do órgão indigenista.

São estas, em resumo, as considerações que me parecem pertinentes sobre o estado atual do Centro de Documentação Etnológica da FUNAI. Outros dados estão presentes em relatórios anteriores, encaminhados ao CNPq, à FUNAI e ao CNRC. ●

centro brasileiro de informação turística da embratur

As atividades turísticas encontram na documentação o mapeamento de todas as suas áreas de interesse, sem o que não poderiam estabelecer a interligação dos caminhos que levam o Turismo aos seus amplos objetivos.

Sobre algumas destas atividades, sua documentação e o tratamento arquivístico que lhe é dado, versará nossa entrevista deste número. A entrevistada, D. Nadir Regina Titton, é Chefe do Centro Brasileiro de Informação Turística, da Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR, empresa pública vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio.

O que é o Centro Brasileiro de Informação Turística e quais as suas finalidades?

O Centro Brasileiro de Informação Turística — CEBITUR, criado pela EMBRATUR em 1971, é um departamento que tem como atividades principais a organização da documentação turística e legislativa pertinente, com o objetivo de torná-la disponível para a Empresa; a realização de pesquisas para levantamento do Inventário Turístico Nacional; a coleta e o intercâmbio de informações por intermédio de uma rede de informações turísticas que abrange todo o País.

Também treinamos pessoal para esses fins.

Para a execução dessas metas, o que cabe ao CEBITUR realizar?

Inicialmente, a coleta de informações técnico-científicas de natureza turística, que são elaboradas e posteriormente divulgadas aos diversos órgãos da Empresa e ao público em geral.

Quanto ao Inventário, previsto para um período de quatro anos a partir de 1979, realizará o levantamento de todo o acervo de bens e serviços turísticos no Brasil, visando o conhecimento

exato de suas características.

Cabe ainda ao CEBITUR coordenar os trabalhos das unidades de informação turística em todo o País e, paralelamente, estimular a formação de novos centros regionais e locais de documentação e pesquisa, dando-lhes apoio e assessoramento.

E este apoio, pode ser dado de que forma?

Creio que o treinamento de pessoal especializado, a que já me referi, é uma das maneiras mais efetivas de prestar apoio desse tipo, sobretudo quando se tem em mente a carência de profissionais verificada no interior do Brasil.

O CEBITUR faculta treinamento, em sua sede, ao pessoal dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Informações Turísticas (vide box, no final da entrevista), para trabalhos de organização de documentação turística, biblioteca, pesquisa da oferta turística, divulgação técnica e elaboração de publicações informativo-promocionais.

Além do treinamento, prestamos assistência técnica em duas modalidades: assistência *in loco*, ou seja, prestada no próprio Estado ou Território, e assistência à distância.

A assistência *in loco* é prestada apenas mediante convênio. Refere-se tanto a projetos e estudos de organização administrativa, quanto a pesquisas e projetos na área de informação, além de outros serviços. A assistência à distância, como seu próprio nome indica, é prestada sem haver deslocamento de técnicos para fora da sede e é reservada somente aos participantes do Sistema Nacional de Informações Turísticas. Nessa modalidade, respondemos a consultas por meio de correspondência e pareceres, fornecemos textos legais e outros atos federais de interesse dos Estados e fazemos distribuição permanente e atualizada da legislação turís-

tica. O programa de atendimento aos integrantes do Sistema é bastante extenso.

Lembro ainda um outro ponto importante, que é o fornecimento que fazemos, neste caso, de modelos de manuais de organização de serviços de documentação e informação, onde a Arquivologia tem um papel destacado.

E no CEBITUR, qual a importância dos arquivos?

Parece-me que a Documentação e a Arquivologia, em Turismo, devem tender a uma integração organizacional e dinâmica, tal é a sua interdependência. Não há dúvida de que os arquivos, sejam correntes, intermediários ou permanentes, constituem, sempre, fonte básica para obtenção de material de utilização turística, a tal ponto que, nesta matéria, torna-se difícil definir a fronteira precisa entre Documentação e Arquivologia, muito embora cada uma tenha sua própria metodologia. No CEBITUR possuímos arquivos de documentação histórica, social e cultural; de material especial; de legislação; de eventos e de patrimônio turísticos.

Seria possível fazer um resumo do conteúdo e da organização de cada um destes arquivos?

De maneira sumária, podemos dizer que a documentação histórica, social e cultural volta-se para a própria história da Empresa, para o desenvolvimento do Turismo e, em conseqüência, acompanha a evolução da infra-estrutura turística de nosso País.

São cerca de 20 mil documentos, arquivados geograficamente, com acréscimos constantes. O material é diversificado, abrangendo recortes de jornais, separatas de revistas e apostilas.

Os arquivos de material especial contêm documentação iconográfica, cartográfica e sonora, compreendendo cerca

de 15 mil diapositivos, sem contar fotografias, mapas, cartazes, discos, fitas e peças de artesanato. Usou-se, no arquivamento, um método alfanumérico, cuja entrada principal é dada pelas Unidades da Federação. Esse sistema tem apresentado resultados bastante positivos na recuperação da informação.

O arquivo de legislação está dividido em duas partes, de acordo com o tipo de material: temos coleções do *Diário Oficial da União* e do *Estado do Rio de Janeiro*, que são guardadas em caixas apropriadas, em ordem cronológi-

ca. A recuperação é feita por meio de fichas de referência legislativa.

A legislação avulsa, tanto estrangeira quanto brasileira, está arquivada em pastas suspensas, ordenadas geograficamente. O volume de documentos chega a 6 mil unidades.

O arquivo de eventos constitui-se, basicamente, de questionários arquivados em pastas individuais, sendo uma para cada Município, e seu conteúdo é transposto de forma resumida para fichas auxiliares. Esses questionários são enviados, anualmente, pelo CEBITUR, aos integrantes da rede de informações

turísticas, visando coletar dados para a elaboração do *Calendário Turístico do Brasil*.

E o que é o Calendário Turístico?

Uma publicação já tradicional e muito solicitada por todos os que atuam na área ou se interessam pela atividade turística.

Surgiu em 1971, com o objetivo de divulgar os principais eventos nacionais e, como decorrência, atrair o estrangeiro e incentivar o brasileiro a conhecer os locais onde se realizam acontecimentos de interesse geral ou especializado.

Para atender a uma clientela diversificada, o Calendário é publicado em duas ou mais línguas. Este ano tivemos uma tiragem de 20 mil exemplares em português e outra, trilingüe (espanhol, francês e inglês), de 40 mil exemplares.

Além do Calendário, há outra publicação recente com participação do CEBITUR?

Temos os Roteiros Turístico-Culturais, com quatro títulos já publicados: *Cidades Históricas de Minas Gerais, Praias do Litoral do Rio de Janeiro, Rio Antigo e Porto Alegre e Cidades Vizinhas*. É um trabalho realizado em regime de co-edição e tem tido muita receptividade por parte do público.

Em 1980 mais dois roteiros deverão ser lançados: um sobre São Paulo e outro sobre o Ceará.

Qual a política de acesso, adotada pelo CEBITUR, para a consulta e a pesquisa nos arquivos?

O consulente, ao chegar no CEBITUR, preenche um formulário simplificado, no qual deverá indicar seu nome, profissão, assunto requerido e finalidade da pesquisa ou consulta. Isto nos serve para traçar o perfil do usuário e para nossa estatística.

Após o preenchimento, encaminha-se o solicitante à divisão ou setor que poderá auxiliá-lo.

O atendimento é imediato, caso tenhamos os subsídios, evitando-se, ao máximo, os procedimentos burocráticos.

O material disponível não é emprestado ao público, suprindo-se isto com cópias xerográficas ou fotográficas, mediante pagamento. ●



Fachada do Centro Brasileiro de Informação Turística da Embratur — CEBITUR, no Rio.

sistema nacional de informações turísticas

A implantação de um sistema de pesquisa, captação, tratamento e difusão de informações turísticas é indispensável para a aceleração do desenvolvimento turístico nacional. Esse sistema deverá resultar da união coordenada de esforços isolados de diferentes unidades interessadas, mas será, sobretudo, resultante de ações conjugadas da EMBRATUR e dos órgãos oficiais de turismo dos Estados e Territórios, na definição do sistema e na divisão dos encargos para a sua operacionalização. O sistema se apoiará numa rede de centros regionais, estaduais e locais de informação turística destinada a atender à demanda de informações de uma clientela vasta e variada, composta de turistas, pesquisadores, técnicos, administradores, como também de instituições governamentais e particulares de planejamento, desenvolvimento, ensino e pesquisa e promoção turística.

O sistema se propõe a:

1. identificar os possíveis usuários, conhecer as suas necessidades e orientá-los até às fontes de informação;
2. favorecer o melhor uso dos recursos locais em benefício do País, tanto no que se refere aos serviços de informação turística, como na organização institucional, com o aproveitamento consequente dos recursos humanos e materiais existentes nos Estados e Territórios;
3. promover o intercâmbio de experiências no campo da informação;
4. facilitar o armazenamento, classificação e análise da informação, como também a sua atualização sistemática;
5. difundir a informação devidamente processada, de forma a estar sempre disponível a quantos dela necessitem;
6. servir de base tecnológica para projetos conjuntos.

Evita-se, assim, o paralelismo de esforços e ações, aproveitando-se devidamente os recursos disponíveis para a área da informação turística, melhorando a qualidade dos serviços existentes, ou contribuindo para criar novos onde sejam necessários e multiplicar as fontes de informação a que teriam acesso os usuários, com uma participação muito positiva no próprio processo de desenvolvimento econômico-social.

Os objetivos do sistema

O objetivo fundamental é o de criar um mecanismo nacional de cooperação e difusão que contribua para o desenvolvimento do turismo brasileiro.

Como finalidades específicas podem ser apresentadas:

1. constituir a base estratégica das atividades de pesquisa dos órgãos participantes;
2. proporcionar aos técnicos do setor inovações e adaptações tecnológicas para melhor manipulação dos elementos necessários, não somente à pesquisa e desenvolvimento, mas também à promoção e divulgação do turismo;
3. oferecer, quer na esfera administrativa e governamental, quer na esfera privada, a informação adequada para atividades de gestão, administração e planejamento turísticos, em combinação integrada com outros tipos de informação (econômica, social, jurídica, política etc.);
4. informar ao público e às suas lideranças sobre a Política Nacional de Turismo, a fim de habilitá-los plenamente a participar da orientação, do desenvolvimento turístico do País e de focalizar a sua atenção nos aspectos prioritários e motivadores;
5. conscientizar turisticamente o povo brasileiro no sentido da preservação do patrimônio turístico nacional, da boa

acolhida aos visitantes, como também despertar, nele próprio, o desejo de melhor conhecer o Brasil;

6. servir de meio idôneo para pôr em marcha um processo de cooperação técnica entre órgãos federais, estaduais e municipais de turismo.

Cooperação e apoio

O CEBITUR busca apoio, cooperação e intercâmbio com centros de documentação e informação dos ministérios e outros de entidades que coletem informações econômicas, sociais, culturais etc.

O sistema nacional, dependendo de informações externas, tem atuado por meio de uma interação planejada com os sistemas regionais e, finalmente, junto ao sistema internacional, coordenado pelo Centro de Documentação Turística da Organização Mundial de Turismo — OMT com sede em Madri. A cooperação e apoio técnico dos organismos internacionais, regionais e nacionais de turismo tem sido de grande valia para o aperfeiçoamento das técnicas usadas no Brasil e para a formação do acervo do CEBITUR.

Modernas técnicas de Arquivologia poderão ser desenvolvidas no Sistema Nacional de Informações Turísticas, com o que poder-se-á, não só, preservar o documento como também recuperar a informação de maneira rápida e eficaz. Então, os planejadores e os canais de comunicação do turismo estarão equipados em todos os momentos de sua atividade para programar e difundir seus diferentes aspectos com exatidão, segurança e atualidade. Ficará o turista bem servido por uma atividade que foi criada para atender às necessidades e exigências almejadas para a realização de uma viagem.

Dr. Paulo Santos, em breve discurso, informou sobre o interesse do Ministro Prieto na regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo, apresentando, em seu nome, agradecimentos pela homenagem, concluindo com as seguintes palavras: "É necessário que a diretoria, ora empossada, seja permanentemente apoiada por todos, porque a soma de todas as vozes resulta num coro, e um coro se ouve mais forte e mais longe".

A seguir, o Prof. José Pedro Esposel retomou a palavra para saudar a nova Diretoria e encerrar a sessão.

Transcrevemos abaixo as palavras da Prof^a Regina Alves Vieira:

*"Senhores, Senhoras
Prezados Arquivistas*

Cabe-me, em primeiro lugar, uma palavra muito minha, de agradecimento pela honra insigne e não merecida que recebi da Associação dos Arquivistas Brasileiros com o convite para integrar sua Diretoria, como Presidente para o biênio 1979-1981.

Sou sincera em demonstrar o grande entusiasmo que sempre senti pelos ideais da AAB e confesso com humildade que esta noite, para mim, é de grande e tocante emoção.

Procurei sempre dar o melhor de minha colaboração às tarefas arquivísticas, porém era meu desejo continuar sendo útil, mas trabalhando sempre nos bastidores, como é do meu feitio, de acordo com minha maneira de ser.

Desde a criação da AAB, em 1971, como sócia fundadora, tive a felicidade

de partilhar com idealistas fervorosos da nobre causa dos arquivos e dos arquivistas em jornadas bastante trabalhosas e difíceis, mas altamente gratificantes pelas vitórias alcançadas e pelo convívio diário com pessoas de alto espírito de companheirismo, que gostam do trabalho honesto e criativo.

Para a Diretoria recém empossada, esta noite marca o início de nova e laboriosa escalada, e, até posso dizer, de novos sonhos.

Tivemos em 1978 um ano marcante para a história dos arquivos, com a regulamentação da profissão e a criação do Sistema Nacional de Arquivo, caminhos que vinham sendo trilhados há longos anos.

O ano de 1979 promete ser, também, de importantes realizações que já se encontram em programação. Teremos a realização do 4º Congresso Brasileiro de Arquivologia, no período de 14 a 19 de outubro, bem como as comemorações em todo o Brasil das Semanas Internacionais de Arquivo, durante o período de 1º de outubro a 15 de dezembro, evento promovido pelo Conselho Internacional de Arquivos, órgão filiado à UNESCO e com raízes na recomendação apresentada pelo Diretor-geral do Arquivo Nacional, Dr. Raul do Rego Lima, no 2º Congresso Brasileiro de Arquivologia.

A Diretoria ora empossada, já nasce privilegiada. As gestões anteriores já nos entregaram a casa organizada, com os ideais maiores atingidos. Portanto, a nossa gratidão e nossos aplausos aos que nos antecederam e que tanto conseguiram!

Ao Prof. José Pedro Esposel, o idealizador e criador da AAB, pelo dinamismo e coragem, realizando logo em seu primeiro ano de existência, com brilhantismo, o 1º Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1972, no Rio de Janeiro, e logo a seguir, em 1974, o 2º em São Paulo.

Apontamos, ainda, no período de sua gestão, a elaboração do currículo mínimo do Curso Superior de Arquivologia, trabalho executado juntamente com especialistas e educadores, aprovado pelo Conselho Federal de Educação, com o curso funcionando no Arquivo Nacional, por mandato universitário da UFRJ e que atualmente se encontra transferido para a FEFIERJ.

Assim foi iniciado o estudo da Arquivologia, em nível superior, com a finalidade de dotar os arquivos com recursos humanos, salvaguardar e dar utilização ao valioso acervo documental do país.

Atualmente já temos mais dois cursos de Arquivologia em pleno andamento, um na UFSM, no Rio Grande do Sul e outro na UFF, em Niterói.

À Prof^a Helena Corrêa Machado, segunda Presidente que tão bem dirigiu a realização do 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia, no Rio de Janeiro, e que, além de outras realizações, nos deu o título de Utilidade Pública concedido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.

À gestão da Prof^a Marilena Leite Paes que, com seu dinamismo, pugnou e venceu muitas lutas junto a autoridades federais e estaduais com destaque para a regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo.

Os agradecimentos, ainda, ao Diretor-geral do Arquivo Nacional, Dr. Raul do Rego Lima, que tem sido sempre o amigo certo para as horas de necessidade.

Finalizando, cumpre-me ainda apresentar o Programa de Trabalho da nova Diretoria para o biênio 1979 - 1981:

PROGRAMA DE TRABALHO

Biênio 1979 - 1981

- Restabelecimento da carreira de arquivista e criação da de técnico de arquivo no serviço público. (Trabalho que será feito junto ao DASP).*
- Implantação de cursos profissionais*



O representante do Ministro Arnaldo Prieto, Dr. Paulo Santos, quando agradecia a homenagem prestada pela AAB. A seu lado Regina Alves Vieira, José Pedro Esposel e Marilena Leite Paes.

zantes para formar técnicos de arquivo em nível de 2º grau. (Trabalho já iniciado e que será feito em conjunto pela AAB, Arquivo Nacional e Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro).

- Criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia.
- Realização do 4º Congresso Brasileiro de Arquivologia.
- Realização das Semanas Internacionais de Arquivo. (Trabalho em colaboração com o Arquivo Nacional e os Núcleos Regionais da AAB).
- Dar continuidade aos trabalhos de publicação dos Anais dos Congressos realizados.
- Possibilidade de criação de novos Núcleos Regionais.
- Reativar os trabalhos dos departamentos e comitês técnicos já formados.
- Dar continuidade ao programa de assistência técnica conforme as possibilidades da AAB.
- Promover cursos de aperfeiçoamento e reciclagem para o pessoal que trabalha em arquivos.
- Manter o padrão da revista *Arquivo & Administração* e desenvolver programa de publicações técnicas.
- Fazer campanha para admissão de novos sócios.
- Aquisição da sede própria para a AAB (Antigo sonho).

curso em santa maria

Promovido pela Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, por intermédio de seu Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Pró-Reitoria de Extensão Universitária, realizou-se, de 7 a 12 de maio, num total de 40 horas/aula, o Curso de Organização e Administração de Arquivos, que contou com a participação dos alunos e dos professores do Curso de Arquivologia, bem como de alguns convidados especiais.

A solenidade de abertura do curso foi presidida pelo Prof. Walter Bianchini, Pró-Reitor de Extensão Universitária, que se fez acompanhar dos diretores do Centro de Ciências Sociais e Humanas, do Departamento de Documentação, do Curso de Arquivologia e demais professores do Curso.



Aspecto geral da sala de aula do Curso de Organização e Administração de Arquivos, da UFSM.

Encerrando o programa estabelecido, promoveu-se um Painel de Avaliação com a finalidade de se aferir os resultados imediatos do curso, os quais foram altamente positivos.

Ministraram o curso as Profas. Lourdes Costa e Souza e Marilena Leite Paes, Chefe do Arquivo Central da Fundação Getúlio Vargas, respectivamente Secretária Executiva e Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

núcleos regionais

• Brasília

Conforme o programado, foram realizados, pelo Núcleo Regional de Brasília, os seguintes cursos:

Planejamento e Organização de Arquivos, de 23 a 27 de abril, que contou com a presença de 20 participantes, representando diversas instituições, dentre as quais podemos citar: Porto-brás, Infracco, Ministério das Relações Exteriores, Estado Maior das Forças Armadas — EMFA, Ministério do Interior, Empresa Brasileira de Transportes Urbanos — EBTU, Serviço Social do Comércio — SESC, Serviço Social da Indústria — SESI, Escola Parque, Banco do Brasil, EMBRAPA e Câmara dos Deputados.

O Microfilme e o Arquivo Moderno, de 7 a 11 de maio, com 16 participantes, representando: SUDEPE, Presidência da República, Ministério da Fazenda, EMBRAPA, PORTOBRÁS, CAEEB, PREMESU, CEPLAC, ASCADE, Empresa Brasileira de Transportes

Urbanos e Câmara dos Deputados.

• Santa Maria

Aproveitando a presença da Presidente e Secretária Executiva da Associação dos Arquivistas Brasileiros, que viajaram para Santa Maria com o objetivo de ministrar um Curso de Organização e Administração de Arquivos na Universidade Federal de Santa Maria, a Profª Darcila de La Canal Castelan, designada, desde 1977, para criar e dirigir o Núcleo Regional da AAB naquela cidade, programou a sua instalação oficial em cerimônia simples e tocante, durante a qual representantes do 1º, 2º e 3º anos do Curso de Arquivologia assinaram simbolicamente suas propostas de admissão no quadro social.

Na oportunidade foi entregue à Presidente da AAB uma placa de prata; esta agradeceu emocionada a homenagem, manifestando todo o seu reconhecimento e entusiasmo pelos relevantes serviços que vêm sendo desenvolvidos naquela região, quer no que se refere aos arquivos, quer no que diz respeito à formação profissional de arquivistas competentes, capazes de fazer face às exigências de mercado no sul do País. Na ocasião conclamou os alunos do Curso de Arquivologia, futuros arquivistas, no sentido de, juntamente com a dedicada e incansável Diretora do Núcleo Regional da AAB em Santa Maria, Profª Darcila, darem continuidade aos programas que visam conduzir a nossa Associação aos seus destinos estatutários.

curso na aab

A Associação dos Arquivistas Brasileiros realizou, de 14 a 19 de maio, mais um curso *Microfilme e o Arquivo Moderno*, com o objetivo de oferecer subsídios sobre a adequada aplicação da microfilmagem aos arquivos.

Para atingir esse objetivo, o curso foi programado numa seqüência integrada de conhecimentos de arquivo e de microfilmagem, visando mostrar a necessidade de um perfeito entrosamento entre as duas áreas.

Foram abordados os seguintes temas: Organização e administração de arquivos correntes, intermediários e permanentes. O microfilme: uso e aplicações; técnicas de microfilmagem e sistemas de arquivamento de microformas; preparo da documentação; indexação e recuperação da informação.

Participaram do curso 23 alunos, quatro dos quais na qualidade de bolsistas.

As aulas foram ministradas no Arquivo Nacional, RJ, em horário integral, pelos Profs. José Pedro Esposel, Lourdes Costa e Souza, Eloísa Helena Riani Marques e Marilena Leite Paes na área de arquivo e Maria de Lourdes Claro de Oliveira e José Lázaro de Souza Rosa na área de microfilmagem.

ensino profissionalizante

Vem assumindo grandes proporções a importância que se dá ao ensino profissionalizante de 2º grau. Prova disso é a realização nesse 1º semestre de 79, de dois importantes eventos enfocando o tema.

• O primeiro deles foi o Seminário Nacional sobre Ensino Profissionalizante que teve lugar de 7 a 9 de fevereiro, na UERJ.

Com o patrocínio do Conselho Federal de Educação, Conselho Estadual de Educação — RJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e co-patrocínio da Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, o Seminário abordou o assunto sob os mais diversos aspectos, entre os quais podemos citar: As Habilitações Básicas para o Ensino Profissional, Educação e Trabalho e Recursos Humanos para o Ensino Profissionalizante.

A Associação dos Arquivistas Brasileiros se fez representar pela Profª.

Regina Alves Vieira, na ocasião responsável pelo Departamento de Cursos da AAB.

• No dia 7 de junho foi comemorado o 10º aniversário de fundação do Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR) em São Paulo. Para a ocasião foi organizada uma programação de alto nível técnico composta de reuniões de estudos e debates sobre problemas educacionais relativos ao desenvolvimento do ensino profissional do país.

Com a presença do Ministro da Educação, Prof. Eduardo Portela e outras personalidades, o evento teve como pontos de destaque o lançamento do II Congresso Nacional de Monografias sobre Formação Profissional, a conferência do Presidente do Conselho Federal de Educação, Prof. Lafayette Pondé sobre o tema: "O CFE e o Ensino de 2º Grau" e debates entre o Prof. Guilherme Mauricio Souza Marcos de La Penha, Secretário de Ensino Superior do MEC, Dr. Maurício Magalhães de Carvalho, Diretor-geral do SENAC, e Dr. Saulo Díniz Swerts, Diretor-geral do SENAI.

Foi ainda realizado um Encontro Técnico entre os Secretários de Educação das Unidades Federadas com a Secretária de Ensino de 1º e 2º Graus do MEC, Profª. Zilma Gomes Parente de Barros.

A Associação dos Arquivistas Brasileiros congratula-se com o CENAFOR pelo seu 10º aniversário, augurando-lhe sucessos no cumprimento de suas finalidades, quais sejam: a preparação e o aperfeiçoamento de docentes, técnicos, especialistas e instrutores em formação profissional, bem como a prestação de assistência técnica para a melhoria e a expansão dos órgãos de formação e aperfeiçoamento de pessoal existentes no País.

congressos e seminários

Encontro de documentalistas

Realizar-se-á, em Lisboa, de 21 a 23 de novembro, o 7º Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses.

Além da programação normal, estão sendo oferecidas aos participantes do evento duas opções de viagem com ro-

teiros turísticos incluídos. O 1º roteiro inclui, além de Portugal, uma viagem a Madri. Já no 2º serão visitados diversos países da Europa onde estão programadas visitas especiais a arquivos, bibliotecas e centros de documentação.

Maiores informações poderão ser obtidas na Associação de Alunos e Ex-alunos do Curso de Mestrado em Metodologia do Ensino em Biblioteconomia da PUC de Campinas:

Rua Marechal Deodoro, 2069 — 13.100 Campinas-SP.

A inscrição provisória deve ser feita desde já, para efeito e pedido de isenção do depósito compulsório.

Arquivos Ibero-americanos

Realizou-se em Toledo (Espanha), de 6 a 8 de junho, a Reunião para Coordenação de Programas para o Desenvolvimento dos Arquivos Ibero-americanos. Organizado pelo Sr. Manuel Ravina Martin, Chefe do Serviço de Racionalização e Assistência Técnica da Subdireção Geral de Arquivos, e pela Srª Soledad Cases Gomez de Olmedo, Chefe da Seção de Normalização da Subdireção Geral de Arquivos, o evento congregou espanhóis, latino-americanos e representantes de organismos internacionais, dentre os quais podemos destacar: Frank Evans, Chefe da Divisão de Infra-estrutura da Informação da UNESCO; Susan Benson, especialista em desenvolvimento de arquivos da OEA; Rodolfo Baron Castro, Secretário do Escritório Ibero-americano de Educação; Charles Kecskemeti, Secretário Executivo do Conselho Internacional de Arquivos (CIA); Guilherme Durand Florez, Presidente da ALA (Associação Latino-americana de Arquivistas); Bernard Weillbrenner, Presidente do Comitê de Arquivos do IPGH; Morris Rieger, Presidente do Comitê para o Desenvolvimento dos Arquivos e Luis Sanchez Belda, Presidente Honorário do CIA.

Os países latino-americanos marcaram presença nas pessoas de Francisco de Assis Barbosa, Diretor do Centro de Estudos Históricos da Fundação Casa de Rui Barbosa (Brasil); Luis Rodriguez Morales, Diretor do Instituto Portoriquenho de Cultura e Celso Garcia Belsnce, Diretor Geral do Arquivo Geral da Nação (Argentina).

Representando a Espanha, participaram José Manuel Mata Castillon,

Subdiretor Geral de Arquivos; José Ibañez Cerda, do Centro Ibero-americano de Cooperação; Eugenio Mariñas, Conselheiro do Gabinete do Serviço Exterior do Ministério da Cultura e Matilde Revuelta, da Junta Coordenadora de Atividades e Estabelecimentos Culturais, Ministério da Cultura.

Como observadores, compareceram ainda: Vicentá Cortes Alonso, Inspetor Geral de Arquivos; Carmen Crespo Nogueira, Diretora do Centro Nacional de Microfilme e Restauração de Livros e Documentos; Rosário Garcia Aser, Diretora do Arquivo Histórico Provincial de Toledo; Rosário Parra Cala, Diretora do Arquivo Geral das Índias; Margareta Vasquez de Parga, Diretora do Centro de Informação Documental; Rafael Piedra Solis, Presidente da Associação Equatoriana de Administradores de Documentos e Arquivos e Eduardo Fournier, Professor da Universidade de San José (Porto Rico).

A programação foi desenvolvida em três sessões assim distribuídas:

1ª Sessão: Avaliação da situação atual.

O Sr. Guilherme Durand Florez apresentou documento sobre a situação dos arquivos na América-Latina. Em seguida, cada um dos representantes dos organismos internacionais opinou sobre o problema. Foram, ainda, discutidos os projetos arquivísticos, previstos ou em andamento, que requerem uma participação internacional e abordados os programas nacionais de desenvolvimento dos arquivos. *2ª Sessão: Coordenação de esforços para o desenvolvimento dos arquivos na América-Latina.* O tema foi enfocado sob três prismas distintos: o político, visando ao fortalecimento dos organismos regionais de arquivo, à formulação de um Sistema Nacional de Arquivos e à promoção de uma legislação arquivística; o técnico, abrangendo a formação profissional, a conservação de documentos, a difusão e publicações; o econômico, levantamento dos recursos atuais e das possíveis fontes de recursos futuros. *3ª Sessão: Ação Coordenadora.* Estudo dos mecanismos de coordenação e estabelecimento de um calendário de ação.

Do documento de trabalho elaborado para a Reunião realizada em Toledo, destacamos e transcrevemos o trecho relativo à problemática dos arquivos brasileiros:

"O Brasil vem pondo em prática uma intensa atividade arquivística e obtendo notáveis progressos. Houve uma atualização de sua legislação com o Decreto de 2 de outubro de 1975 e seu Regulamento Interno, datado do mesmo mês e ano. Através do Decreto nº 82.308, de 25 de novembro de 1978, foi instituído o Sistema Nacional de Arquivo (SINAR) e o Arquivo Intermediário, fatos que implicam numa mudança fundamental.

Pelo Decreto de 6 de novembro de 1978 foram reconhecidas e regulamentadas as profissões de arquivista e técnico de arquivo. Evidencia-se, pois, uma substancial modificação tanto no âmbito da legislação sobre a matéria como no que diz respeito à organização e demais atividades arquivísticas.

O Arquivo Nacional publica boletim mensal denominado *Mensário do Arquivo Nacional (MAN)* e ministra um curso superior de Arquivologia.

A Associação dos Arquivistas Brasileiros desenvolve intensíssima programação e edita sua própria revista. Realizaram-se ainda, sob sua égide, três congressos nacionais de Arquivologia."

1º Congresso Brasileiro de Administração

Tendo como promotores o Conselho Regional de Técnicos de Administração (CRTA - 7ª Região), o Sindicato dos Técnicos de Administração do Estado do Rio de Janeiro (SINTAERJ), a Associação Guanabarina de Administração de Pessoal (AGAPE), a Associação Brasileira de Técnicos de Administração (ABTA/RJ) e a Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento (ABTD/RJ), realizou-se de 27 a 29 de junho o 1º Congresso Brasileiro de Administração.

O objetivo maior do conclave foi a atualização e reciclagem do pessoal que atua na área da Administração, no que se refere às estratégias, sistemas e técnicas, empregados para seu melhor aproveitamento como ciência, seja para benefício de um pequeno grupo, da empresa em si ou, de uma forma mais ampla, da própria nação.

O tema principal foi "Administração para o Desenvolvimento" e, em seu desdobramento, o Congresso procurou explorar novas possibilidades de aplicação das estratégias de Adminis-

tração, demonstrar a importância do sistema de processamento de dados na estrutura de uma empresa e na administração moderna, mostrar em que nível a Administração atua no que diz respeito ao desenvolvimento do País e sua importância intrínseca, proporcionar aos técnicos de administração e demais participantes uma reciclagem e a exposição dos seus problemas administrativos, bem como fazer uma revisão e expor estratégias para um funcionamento perfeito da Administração nas empresas de grande e médio porte e projetar o futuro da Administração para os anos futuros.

Realizado no Centro de Convenções do Hotel Nacional, o 1º Congresso Brasileiro de Administração teve como Presidente de Honra o General João Baptista de Figueiredo e como Vice-Presidente de Honra o Dr. Antonio de Pádua Chagas Freitas, Governador do Estado do Rio de Janeiro, e o Dr. Guilherme Quintanilha de Almeida, Presidente do Conselho Federal de Técnicos de Administração.

Seminário de Documentação Histórica Regional

Realizou-se em João Pessoa (PB), de 18 a 22 de junho, o Seminário de Documentação Histórica Regional. O evento, que teve lugar no Campus da Universidade Federal da Paraíba, foi promovido pela Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários, Coordenação do Programa de Cursos de Extensão.

comissão nacional de arquivo

Publicado no *Diário Oficial* de 30 de março de 1979, o Decreto que inclui a Comissão Nacional de Arquivo entre os órgãos de deliberação coletiva na área do Ministério da Justiça. Transcrevemos na íntegra o texto:

Decreto nº 83.305, de 29 de março de 1979.

Inclui na classificação de órgãos de deliberação coletiva, aprovada pelo Decreto nº 70.087, de 02 de fevereiro de 1972, a Comissão Nacional de Arquivo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e que consta do processo DASP nº 4007, de 1979,

DECRETA

Art. 1º Fica incluída na classificação dos órgãos de deliberação coletiva da área do Ministério da Justiça, aprovada pelo Decreto nº 70.087, de 02 de fevereiro de 1972, como órgão de 2º grau (letra b, do artigo 1º do Decreto nº 69.382, de 19 de outubro de 1971), a Comissão Nacional de Arquivo.

Parágrafo único — O número de reuniões mensais remuneradas é o fixado no Regimento e não poderá ultrapassar o limite previsto no artigo 2º, § 3º, do Decreto 69.382, de 19 de outubro de 1971.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de março de 1979, 158º da Independência e 91º da República.

João B. de Figueiredo
Petrônio Portella



4.º congresso brasileiro de arquivologia

A Comissão Organizadora do 4º CBA está envidando o melhor de seus esforços para que o Congresso se constitua num fórum de alto nível, onde deverão ser estudados e debatidos os principais aspectos relacionados com a utilização dos arquivos nas diversas áreas de atividades, bem como a oportunidade para um encontro fraterno entre os colegas de profissão, especialistas em disciplinas afins, empresários e representantes de entidades públicas.

Dando prosseguimento ao plano de divulgação do evento, apresentamos abaixo o programa preliminar seguido de informações relativas à inscrição, reserva de hotéis, compra de passagens etc.

Programa preliminar

Tema geral:

Os arquivos e sua utilização

Sessões plenárias (temas oficiais)

A utilização dos arquivos na administração

A utilização dos arquivos como fonte

primária da história

A utilização dos arquivos nas ciências e na tecnologia

A utilização popular dos arquivos

A integração dos arquivos nos centros de informação.

Seminários

O Arquivo Médico no Contexto Hospitalar

2º Seminário de Fontes Primárias de História do Brasil

2º Seminário Brasileiro de Preservação e Restauração de Documentos.

Temas livres

Os trabalhos podem ser enviados até 30 de agosto, com o máximo de 20 páginas, incluindo gráficos, fotos e tabelas, acompanhados de um resumo de 20 linhas, e respeitadas as normas para apresentação de trabalhos discriminadas no final do programa.

Cursos (em estudos)

Aspectos fundamentais de arranjo e descrição em arquivos públicos e privados

Microfilmagem de desenhos técnicos.

Inscrições

Taxas:

• Até 31.07.79

Empresa ou entidade (com direito a indicação de dois participantes e recebimento de Diploma de Colaborador do Congresso) Cr\$ 2.500,00
Sócio quite Cr\$ 1.000,00
Participante não-sócio Cr\$ 1.500,00
Estudante universitário Cr\$ 500,00

• Após 01.08.79

Empresa ou entidade (com direito a indicação de dois participantes e recebimento de Diploma de Colaborador do Congresso) Cr\$ 3.000,00
Sócio quite Cr\$ 1.200,00
Participante não-sócio Cr\$ 1.800,00
Estudante universitário Cr\$ 600,00

OBS.: As inscrições em seminários ou cursos serão feitas durante a realização do Congresso, mediante o pagamento da taxa de Cr\$ 200,00 para cada tipo de atividade, observada a previsão de vagas.

• Reserva de hotéis

A Belair Viagens (Av. Graça Aranha, 145 gr. 906 — CEP 20.030 — Rio de Janeiro — Tel.: 283-1122) está devidamente credenciada pela Comissão Organizadora. Os interessados deverão se dirigir diretamente àquela empresa para informações adicionais e provi-

dências referentes a reservas de hotéis e/ou compra de passagens.

Normas para apresentação de trabalhos

1. Tema

1.1 Os arquivos e sua utilização

1.1.1 Sub-temas

a) A utilização dos arquivos na administração.

b) A utilização dos arquivos como fonte primária da história.

c) A utilização dos arquivos nas ciências e na tecnologia.

d) A utilização popular dos arquivos.

e) A integração dos arquivos nos centros de informação.

2. Apresentação

2.1 Os trabalhos apresentados deverão ser originais e inéditos.

2.2 Cada trabalho deverá ser apresentado em original e duas cópias, não grampeando o original, e deverá ter no mínimo cinco e no máximo 20 páginas. O número máximo de páginas inclui ilustrações, tabelas, *abstract* e listas de referências bibliográficas. Cada trabalho deverá, ainda, ser acompanhado de um resumo de 20 linhas, o qual será transcrito no programa oficial do Congresso.

2.3 Na primeira página do trabalho deve-se mencionar:

- a) título do trabalho em caixa alta;
- b) autor (es) respectivas atividades profissionais, à direita e ocupando metade do campo da página;
- c) resumo.

2.4 Na última página o *abstract*.

2.5 Todos os trabalhos do Congresso deverão observar, no que couber, as normas da ABNT: NB-69, NB-85, NB-88 e PNB-66.

3. Impressão, datilografia e ilustrações

3.1 A impressão dos Anais deverá ser feita por reprodução fotográfica. Tal processo requer a observância das seguintes normas:

3.1.1 Os trabalhos devem ser datilografados em máquina elétrica, usando tipo prestige-elite (IBM) ou similar, com fita de polietileno.

3.1.2 Usar papel branco não-timbrado, em formato A-4 (210x297mm) datilografado em espaço dois, somente em um lado da folha.

O papel não deve ser furado, grampeado ou dobrado e deve ser enviado à Comissão Organizadora protegido por

um papelão grosso, em envelope grande.

3.1.3 Os desenhos deverão ser executados em tinta nanquim, sobre papel vegetal, na dimensão máxima de 115x230mm.

3.1.4 As tabelas, sempre que possível, deverão ser inseridas no texto.

3.1.5 A numeração das páginas deverá ser feita a lápis.

3.1.6 A primeira linha das páginas deverá ser iniciada a 3,5cm do topo e a última deverá ficar a 2,5cm da extremidade inferior do papel.

O espaçamento lateral nas páginas ímpares deverá ser de 3,5cm na margem esquerda, e 1,5cm na margem direita. Nas páginas pares, inverter as medidas. Isto se faz necessário para efeito de encadernação dos trabalhos.

4. Prazo

4.1 Os trabalhos deverão ser apresentados à Comissão Organizadora impreterivelmente até 30 de agosto.

4.2 Aqueles porventura entregues após esta data, não serão apresentados no Congresso.

5. Endereço de entrega

A remessa dos trabalhos deverá ser feita à Comissão Organizadora do 4º Congresso Brasileiro de Arquivologia, Praia de Botafogo, 186 — sala B-217 22.253 Rio de Janeiro — RJ.

6. Diplomas

Aos autores dos trabalhos apresentados no 4º Congresso Brasileiro de Arquivologia será conferido um diploma de participação como relator.

OBS.: Os trabalhos a serem apresentados nos seminários, devido às suas características, poderão ser objeto de regulamento especial.

acervos musicais

• Música popular brasileira

A FEMURJ comunica que a cidade do Rio de Janeiro conta com quatro arquivos abertos ao público e aos pesquisadores. Os arquivos estão localizados, todos eles, no Museu da Imagem e do Som.

Recentemente inaugurado, o Arquivo Elizeth Cardoso reúne em seu acervo discos, troféus, noticiário e fotos, além de um audiovisual sobre a vida e obra da cantora, e está aberto das 13 às 17h diariamente.

O Arquivo Jacob do Bandolim, em funcionamento das 11 às 17h foi doado ao MIS por uma companhia de cigarros e contém partituras, fitas, fotos e livros minuciosamente colecionados pelo músico durante sua carreira.

Almirante comanda o arquivo que levou seu nome e que funciona no mesmo horário do Arquivo Jacob do bandolim.

O Arquivo da Rádio Nacional, aberto das 12 às 18h, reúne o que foi possível recuperar das últimas administrações daquela emissora. Partituras, acetatos e discos 78rpm, remanescentes das décadas de 40 e 50, fase áurea da Rádio, foram encontrados empilhados nos banheiros e já se encontram à disposição dos estudiosos e aficionados de nossa música.

• Música barroca



Serviço de Documentação Geral da Marinha (Museu Naval e Oceanográfico).

Em comemoração ao 114º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo, o Serviço de Documentação Geral da Marinha, Departamento de Museu Naval e Oceanográfico, realizou, no dia 8 de junho, um Concerto de Música Barroca com a Orquestra Ribeiro Bastos de São João del'Rei.

Não se pode determinar com exatidão a data de criação da Orquestra Ribeiro Bastos. O ano mais comumente citado é o de 1790 e ela teve origem do agrupamento sempre crescente dos músicos locais, em torno dos mestres que dirigiam os serviços musicais para as irmandades e confrarias religiosas.

Seu nome atual, entretanto, é bem mais recente.

Em 1860, a direção do grupo foi assumida pelo Maestro Martiniano Ribeiro Bastos. Durante 52 anos esse músico de enormes qualidades manteve coeso o conjunto, melhorando de tal forma seu desempenho que, em pouco tempo, o grupo adotou o nome que até hoje conserva. Transcrevemos a seguir trecho do histórico publicado no programa de apresentação da Orquestra: "Desde o século XVIII, cada solenidade religiosa tem sua música própria, composta por músicos da região e o hábito de variar o repertório fez com que fossem compostos inúmeros conjuntos completos de obras para cada festividade. Foi graças à organização de corporações musicais estáveis que pôde ser preservado acervo de tal im-

portância: cada uma das orquestras tem seu arquivo próprio, formado de obras que são tocadas a cada ano, nas grandes festas, além de enormes quantidade de peças que há muito tempo deixaram de ser executadas. Destinando-se especificamente ao serviço musical religioso, é compreensível que os arquivos destas orquestras tenham guardado especialmente as obras sacras, pouco tendo restado da música profana antiga.

A Orquestra Ribeiro Bastos, em função dos contratos que mantém até hoje com diversas irmandades, confrarias e ordens religiosas de São João

del' Rei, é responsável pela parte musical de festividades da maior importância, como as novenas do Carmo, da Conceição, a quinquenta de São Francisco, a Festa de Passos e, sobretudo, a Semana Santa, que é o acontecimento religioso mais importante da cidade e o período de maior concentração musical. Além destas solenidades cíclicas, a orquestra toca semanalmente nas missas do Santíssimo, de Passos e de São Francisco.

A existência de arquivos musicais em Ouro Preto, Mariana, Diamantina e diversas outras cidades, mostra que em todas elas existiram conjuntos musicais estáveis. O empobrecimento da região, depois da melhor fase da mineração, conduziu ao desaparecimento paulatino destes conjuntos. Pouco a pouco a atividade musical deixou de ser profissionalmente compensadora e o profissionalismo deu lugar ao amadorismo. E foram amadores — no melhor sentido da palavra — os músicos que asseguraram, desde o século passado, a sobrevivência das orquestras de São João del' Rei, em claro desejo de manter viva esta extraordinária herança musical. Deste modo pôde ser resguardada uma tradição interpretativa indispensável para o conhecimento da música brasileira do passado, uma vez que os textos escritos omitem, quase sempre, detalhes de execução. A tradição oral passa a ser, então, da maior importância.

A orquestra atravessou fases melhores e piores, depois da morte do Maestro Ribeiro Bastos. Nos últimos vinte anos o problema mais sério parece ter sido o da renovação de seus quadros: por desinteresse dos jovens e em razão do abandono do que poderia ser chamado de "pedagogia dos mestres de música" (ensino prático para formar rapidamente os músicos que se faziam necessários), a média de idade dos músicos tornou-se demasiadamente elevada. Felizmente nos últimos anos tem crescido o interesse por este tipo de atividade e hoje a Orquestra Ribeiro Bastos conta com grande número de jovens músicos, que asseguram a permanência do grupo. Outro problema foi o da descaracterização do repertório. A dificuldade técnica de obras antigas fez com que músicos menos preparados deixassem de tocá-las. Por outro lado, foram agregadas aos programas, sobretudo nas festas da Semana Santa, obras

européias que nada tinham em comum com a tradição musical mineira, adaptada para o instrumental da orquestra. A escolha nem sempre primou pelo bom gosto. A partir de 1976, entretanto, o grupo tomou consciência do problema e voltou a tocar exclusivamente seu repertório tradicional, recuperando obras há longos anos esquecidas em seu arquivo.

Em agosto de 1977, atendendo a convite da Pastoral do Turismo da Arquidiocese do Rio de Janeiro, a Orquestra Ribeiro Bastos realizou uma série de três concertos, inteiramente dedicados ao repertório da Semana Santa, na antiga Sé do Rio de Janeiro. A partir de então, a orquestra tem visitado muitas cidades brasileiras. Para as apresentações deste ano foram escolhidas obras de alguns dos compositores mineiros mais importantes, destacando-se Francisco Gomes da Rocha, Manoel Dias de Oliveira, Jerônimo de Souza Lobo, Antônio dos Santos Cunha, João de Deus de Castro Lobo (todos da segunda metade do século XVIII e do início do século XIX), Padre José Maria Xavier, Presciliano Silva, Martiniano Ribeiro Bastos e Marcos dos Passos (segunda metade do século XIX e início do século XX), além de Pedro Teixeira Seixas (c. 1790 — Rio de Janeiro 1832, do qual não se conhece o local de nascimento e que atuou na Real Câmara e no Real Teatro de São João).

Assim, além de continuar a contribuir para a preservação da memória nacional — pela guarda de seu arquivo e pela manutenção da antiga tradição interpretativa —, a Orquestra Ribeiro Bastos coloca ao alcance do maior número de pessoas aquela música que faz parte da vivência cotidiana dos habitantes de São João del' Rei.

arquivo & em microfilme administração

A Presidente da AAB recebeu ofício nº 146, de 6-6-79, do Prof. Mbá de Ferrante, Diretor do Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem do Estado do Paraná, comunicando remessa de filme executado pelo setor micrográfico daquele órgão, contendo a reprodução de nossa revista *Arquivo*

& Administração, do nº 0, de 1972 ao nº 3, do volume 6, de 1978.

Ao gesto simpático do Prof. Mbá de Ferrante, sócio honorário da AAB, os melhores agradecimentos da Diretoria e da equipe da revista.

arquivo municipal de porto alegre

Foi lançada, no dia 8 de março, a pedra fundamental das novas instalações do Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre. A edificação terá sete pavimentos, com uma área construída de 6023 metros quadrados. Localizado na Praia de Belas (esquina das ruas Dolores Alcaraz Caldas e Celeste Gobatto) o novo prédio abrigará toda a documentação do município, incluindo a microfilmagem e o acervo histórico.

O projeto arquitetônico prevê, além das áreas para arquivamento, um auditório com capacidade para 100 pessoas, sala de protocolo, setor de imunologia e patologia de documentos, setor para análise e seleção do material a ser microfilmado, laboratório de microfilmagem, sala de reuniões, biblioteca e outras instalações.

exposição no arquivo nacional

O Arquivo Nacional promoveu no mês de abril uma Exposição de Privilégios, Marcas e Patentes Industriais.

A mostra, organizada pela Divisão de Documentação Escrita, reuniu decretos de concessão, desenhos, croquis e memoriais elaborados pelos inventores no período de 1849 a 1899. Inventos curiosos, tais como a máquina de moer cana, um aparelho destinado a extinção da formiga saúva, uma engenhoca para descascar arroz e a máquina para fabricar cigarros, tiveram seus registros de patentes e croquis expostos ao público.

Constaram ainda da exposição alguns exemplares de marcas de produtos registrados na Junta Comercial entre os anos de 1875 e 1889, como os rótulos das cervejas Brahma (uma senhora sobre um barril) e Antártica Paulista (uma estrela vermelha sobre fundo dourado) e os dos cigarros 13 de maio e da máquina de costura Singer.

papers de Brasília: como acabar com a mania de sigilo*

o governo vai ter prazos para revelar os seus segredos

thomaz coelho**

O segredo de Estado e o sigilo são formas que todos os governos adotam para preservar assuntos do interesse nacional. Nos países democráticos existem legislações estabelecendo prazos para que se efetive a liberação dos documentos secretos, preservando-se, desta maneira, o patrimônio histórico e cultural de seu próprio povo. No Brasil, entretanto, a psicose de se fazer sigilo de um simples ofício e as determinações de que, conforme as conveniências das autoridades, os documentos podem ser destruídos, deixam ao País uma melancólica perspectiva de não ter, no futuro, o conhecimento dos fatos reais e das responsabilidades dos que deles participaram. Especialmente do chamado "período revolucionário". É certo que muitos assuntos, pela delicadeza e importância, terão que ser, por determinado período, preservados do conhecimento público, em resguardo à própria segurança do Estado. Mas torna-se inconcebível a existência de uma legislação específica que determina, entre outras coisas, a destruição — sim, destruição — do que pertence à nação como um todo e não aos homens que, eventualmente, por ela respondem.

Em 1967, surgiram as primeiras diretrizes no sentido de estabelecer normas e critérios para sigilo de certos assuntos públicos. Foi baixado, ainda pelo Marechal Castello Branco, quatro dias antes de deixar o poder, um decreto, acompanhado de regulamento, fixando as áreas e os limites do sigilo. A propósito, foi o Marechal Castello Branco um dos presidentes da República que deixou para a História uma das mais importantes "bibliotecas presidenciais" montada com documentos particulares.

Em 1971, quando o País estava mergulhado na mais absoluta escuridão política, veio um outro diploma legal expedido pelo Governo Mérci, e, finalmente, em 1977 novas modificações foram adotadas.

Os quatro sigilos. Por esse regulamento, obedecido dentro do Executivo, existem quatro tipos de sigilo: ultra-secreto, secreto, confidencial e reservado.

Para a classificação dos graus de sigilo, o regulamento em vigor estabelece que ultra-secreto será atribuído aos assuntos que requeiram excepcionais medidas de segurança, cujo teor ou características só devam ser do conhecimento de pessoas intimamente ligadas ao seu estudo e manuseio. Já os assuntos tidos como secretos referem-se a aqueles que possam ser conhecidos por outras pessoas, que não estejam intimamente vinculadas com os problemas enfocados. As duas outras classificações destinam-se tão somente a evitar a publicação, ainda que se tenha interesse de que vários outros setores inteirem-se dos respectivos fatos e acontecimentos.

A existência de tais classificações de nada importaria se não fossem os dispositivos constantes do regulamento que permitem a destruição dos documentos e não estabelecem nenhum prazo para a prescrição do sigilo.

No capítulo IV, seção 6, do regulamento "para salvaguardas de assuntos sigilosos", o artigo 70 diz: "A autoridade que elabora documento ultra-secreto, secreto ou confidencial, ou a autoridade superior, compete julgar da conveniência da respectiva destruição e ordená-la oficialmente". E para que não se tenha dúvida do ritual que deveria ser seguido, o regulamento mostra como deve ser procedida a destruição:

"Os documentos sigilosos serão destruídos pelo responsável por sua custódia, na presença de duas testemunhas". Mais ainda. Para a destruição de documentos ultra-secretos, secretos, confidenciais e reservados controlados, será lavrado um correspondente "termo de destruição", assinado pelo responsável por sua custódia e pelas testemunhas, o qual, após oficialmente transcrito no registro de documentos sigilosos, será remetido à autoridade que determinou a destruição.

*Extraído de *Isto É*, São Paulo, 4 (129): 31-2, 13 jun. 1979.

**Colaborador de *Isto É*.

Sem critérios. A inexistência de uma legislação que estabeleça prazos e fixe critérios para as liberações dos documentos sigilosos é, sem dúvida, a causa principal da destruição de um acervo de fatos que são necessariamente esclarecedores da história do próprio País. No Congresso, por exemplo, por onde tramitavam todos os assuntos sigilosos e de segredos de Estado, esses papéis continuam sem qualquer acesso, mas preservados nos respectivos arquivos. O próprio regimento interno da Câmara tem poderes para, através de uma comissão, efetivar análises e liberar aqueles cujos efeitos já estão totalmente ultrapassados.

É o caso do Tratado de Petrópolis, de 1920, quando o Brasil estabeleceu, num acordo secreto com a Bolívia, os limites entre os dois países. Tal documento continua secreto, mas não foi destruído. Aliás, afora a legislação que funciona para o Executivo, há uma cuidadosa preocupação dos políticos em não permitirem que se efetive a destruição de processos e papéis importantes a ponto de serem rotulados como sigilosos.

O ex-deputado José Bonifácio, quando o governo enviou o projeto do Código de Processo Civil, nele determinando a destruição dos processos após cinco anos de julgamento, apressou-se em apresentar proposição dispondo sobre o envio de todos os processos para o Arquivo Nacional e arquivos públicos dos Estados. Bonifácio argumentava que não se tinha o direito de "exterminar" acontecimentos que, inevitavel-

mente, fariam parte da história do País.

No regulamento sobre os assuntos sigilosos, baixado pelo então Secretário do Conselho de Segurança Nacional, General Hugo de Abreu, com 101 artigos, apenas são oferecidas as diretrizes para as classificações que deverão ter os documentos e, o que é mais grave, a sua própria destruição.

O que é ultra-secreto? Pelas normas vigentes, as negociações para alianças políticas e militares, descobertas e experiências científicas de valor excepcional e informações sobre política estrangeira estão enquadradas como ultra-secreto, somente podendo ter acesso o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, os ministros de Estado e os Chefes do Estado-Maior da Armada, do Exército e da Aeronáutica.

Como existe a determinação de que tais assuntos deverão ser mantidos sob guarda armada e destruídos de acordo com a conveniência das autoridades, pouco restará ao conhecimento do brasileiro, daqui a alguns anos, do que efetivamente ocorreu no País.

Ainda há pouco, tivemos o exemplo de que nos Estados Unidos até mesmo as correspondências mais confidenciais dos presidentes da República são posteriormente remetidas a um arquivo. E foi em razão disso que no Brasil se teve conhecimento do desenrolar da "operação Brother Sam", responsável pela deposição do Governo Goulart e gera-

dora do movimento que comanda até hoje os destinos nacionais.

Tais documentos, classificados como segredo de Estado para aquela época, foram, de acordo com a legislação específica, liberados após dez anos. Aqui no Brasil, além de não existir qualquer lei que determine essa liberação, ocorre exatamente o absurdo: a destruição. As cautelas são tão rigorosas que nas próprias normas do sigilo (art. 55, item VI) está expressamente dito que "em nenhum caso documento ultra-secreto será expedido pelo Correio, mesmo como registrado". Com isso, numa quase confissão indireta, as autoridades mostram que não têm sequer a confiança em seus serviços postais e, sobretudo, no sigilo de correspondência, deixando sérios indícios de que está sendo violada.

Mas felizmente já há sinais, em certas áreas influentes do Governo, de uma mudança na questão do sigilo, com a adoção de uma legislação que preserve integralmente o acervo histórico da política brasileira, hoje escamoteada nos imensos carimbos ultra-secretos, secreto, confidencial e reservado.

No Ministério da Justiça avança-se um estudo estabelecendo prazos para quebra de sigilo desses documentos.

Outras esperanças podem ser dirigidas para o avanço tecnológico, porque, depois da invenção da xerox, ainda que existam todos esses regulamentos, carimbos, cuidados e a fúria destruidora de documentos, há sempre os descontentes que, por via das dúvidas, tiram uma cópia. Em absoluto sigilo, claro. ●

— você está precisando com urgência atualizar-se através de Arquivo & Administração.

Assine **Arquivo & Administração** — Cr\$ 60,00 veja algumas vantagens: você fica por dentro do que se passa na "aldeia global" arquivística; não vai mais denominar arquivo permanente de arquivo morto; envie os

seguintes dados: nome; endereço; cidade; profissão; CEP. inclua Cr\$ 60,00 através de cheque nominal à Associação dos Arquivistas Brasileiros e receba imediatamente **Arquivo & Administração**.

Basta que você preencha e nos devolva prontamente a autorização abaixo.

Autorizo uma assinatura de **Arquivo & Administração**:

NOME _____

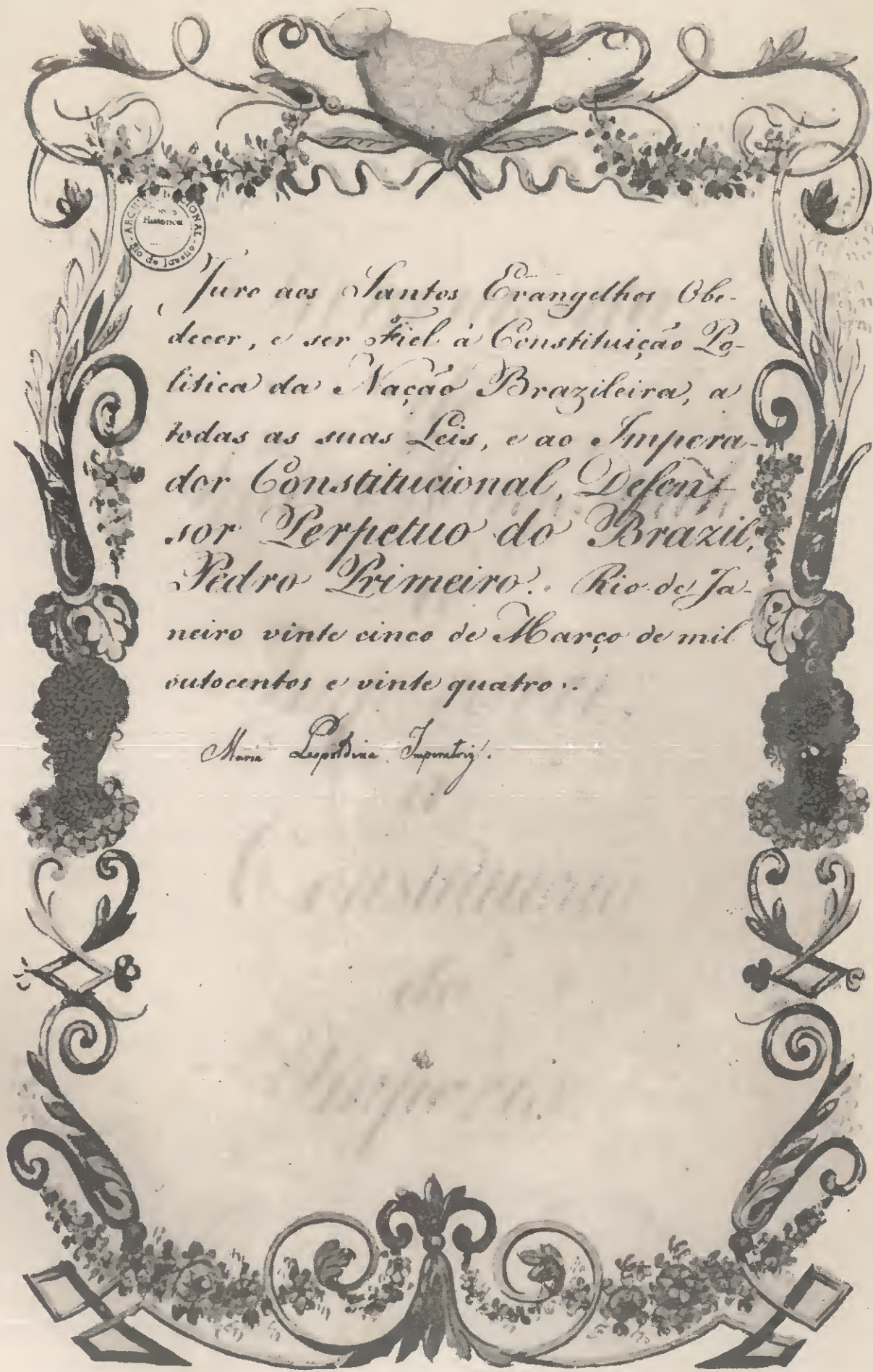
ENDEREÇO _____

ESTADO _____

CEP _____

PROFISSÃO _____

Correspondência para **Arquivo & Administração** Praia de Botafogo, 186 sala B-217 22.253 — Rio de Janeiro, RJ



Juro aos Santos Evangelhos Obedecer, e ser fiel à Constituição Política da Nação Brasileira, a todas as suas Leis, e ao Imperador Constitucional, Defensor Perpetuo do Brazil, Pedro Primeiro. Rio de Janeiro vinte cinco de Março de mil oitocentos e vinte quatro.

Maria Leopoldina Imperatriz.

